



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 12

Sessão Ordinária Junho

1.º Reunião em 22/06/2018

Aos vinte dois dias do mês de Junho do ano dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pelas Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia e Segunda Secretário Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Francisco José da Silva Ferreira, Catarina Marques da Rocha Barreto, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Miguel António Costa da Silva, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Raúl Ventura Martins, Nuno Manuel Marques Pereira, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, António Augusto Cruz de Aguiar, João Carlos Rodrigues Morgado, Virgínia Maria Melo Matos, Rita Alexandra Monteiro Batista, Filipe Seça Neves Barbado Guerra, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Faltou nesta reunião da sessão o Presidente de Junta Nelson Alexandre Dias dos Santos.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, José Agostinho Ribau Esteves, Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores João Filipe Andrade Machado, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Manuel Oliveira de Sousa, e Joana Fonseca Valente.

Faltaram nesta reunião da sessão os Vereadores, Ana Rita Félix de Carvalho, Luís Miguel Capão Filipe, e João Francisco Carvalho de Sousa

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta sessão da vogal, Marília Fernanda Correia Martins, pelo sucedâneo na lista de candidatura, Joaquim Albertino Simões de Oliveira.⁰⁰²

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Antero Marques dos Santos, se fez substituir nesta reunião da sessão por Miguel António Costa da Silva.

Renúncia ao Mandato: nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário, do pedido de renúncia ao mandato, apresentado pelo Vogal Henrique Manuel Morais Diz, do Partido PPD/PSD, eleito na lista "Aliança Com Aveiro".

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Presidente da Mesa:⁰⁰³

"Eu queria que ficasse registado em acta o apreço que, quer da parte da Mesa da Assembleia e penso que será generalizado, o apreço que temos pelos trabalhos e a dedicação evidenciadas pelo Senhor Deputado Henrique Diz, durante o tempo que exerceu as suas funções nesta Assembleia. O trabalho de deputado da Assembleia Municipal eu quase que diria que é um trabalho ingrato por vezes e é importante fazermos este reconhecimento, quando as pessoas por uma razão ou por outra deixam de fazer parte desta Assembleia. Portanto queria que ficasse registado em acta esta menção particular."

Continuando, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as actas das Sessões anteriores, em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia. De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na votação os deputados municipais que não estiveram presentes.⁰⁰⁴

Acta n.º 08 – Sessão Ordinária Abril – 1.ª reunião da sessão realizada em 06-04-2018: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Não votaram, dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Joana Filipa Ramos Lopes, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Rita Alexandra Monteiro Batista

Acta n.º 09 – Sessão Ordinária Abril – 2.ª reunião realizada em 13-04-2018: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Não votaram, dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Joana Filipa Ramos Lopes, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Rita Alexandra Monteiro Batista.

Acta n.º 10 – Sessão Ordinária Abril – 3.ª reunião da sessão realizada em 20-04-2018: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Não votaram, dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais, Joana Filipa Ramos Lopes, Manuel José Pedreira das Neves, Nuno Manuel Marques Pereira, Pedro Machado Pires da Rosa, Rita Alexandra Monteiro Batista, João Carlos Rodrigues Morgado, Catarina Marques da Rocha Barreto, Henrique da Rocha Vieira.

Acta n.º 11 – Sessão Extraordinária em Maio – Sessão realizada em 22-05-2018: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Não votaram, dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Nuno Manuel Marques Pereira, Rita Alexandra Monteiro Batista, Henrique da Rocha Vieira.

Votos de Pesar:

O Presidente da Mesa informou o plenário, dos Votos de Pesar⁰⁰⁵ pelo falecimento dos cidadãos — Flávio Sardo, António Rodrigues, e Manuel Simões Madail.

Apresentados com os seguintes teor:

Presidente da Mesa:

«Falecimento de Flávio Sardo

Faleceu na passada quarta-feira, na sua residência em Aveiro, aos 86 anos de idade, Flávio Sardo.

Decano dos advogados de Aveiro, a Flávio Sardo os aveirenses ficarão para sempre a dever um extraordinário exemplo de retidão cívica, reconhecido por todos quantos tiveram o privilégio de com ele privar. Democrata de sempre (quando sê-lo exigia coragem física e moral), participou em todas as expressões relevantes do movimento oposicionista e a ele se deve, entre outros, a organização do II Congresso Republicano (1969) e III Congresso da Oposição Democrática de Aveiro, em 73, cujas conclusões viriam a enformar o programa do MFA, um ano depois.

Na sequência da Revolução de 1974 viria a assumir a presidência da comissão administrativa da Câmara Municipal de Aveiro, tendo contribuído ativamente para o sucesso democrático das primeiras eleições autárquicas em 76, afastando-se desde então da ribalta política para exercer a advocacia onde granjeou enorme prestígio.

Com a morte de Flávio Sardo, Aveiro fica inapelavelmente mais pobre.

A Assembleia Municipal de Aveiro, reunida aos 22 dias do mês de junho de 2018 expressa o seu público pesar pela morte de Flávio Sardo, endereçando à sua família e amigos as suas condolências.»

Colocado à votação do plenário foi aprovado por unanimidade.

Vogal Filipe Brandão:

«Falecimento de António Rodrigues

No primeiro dia do mês de junho, aos 67 anos de idade, faleceu António de Bastos Rodrigues.

Médico, especialista em Patologia Clínica, e empresário de reconhecido sucesso, António Rodrigues dedicou também parte da sua preenchida vida à causa autárquica, tendo sido eleito vogal da Assembleia Municipal de Aveiro no mandato 2005-2009 onde rapidamente se destacou pela sua capacidade de construir amizades, não obstante a vivacidade com que defendia as ideias que professava.

Cidadão de corpo inteiro, exemplo de permanente mobilização e inconformismo cívicos, que amava, como poucos, a Liberdade, António Rodrigues soube manter ao longo da sua vida permanentemente acesa a chama da solidariedade para com os menos afortunados.

A Assembleia Municipal de Aveiro, reunida aos vinte e dois dias do mês de junho de 2018, expressa o seu público pesar pela morte de António Rodrigues e endereça as suas condolências ao Partido Socialista - onde militava e que representou nesta Assembleia -, bem como à sua família e amigos.»

Colocado à votação do plenário foi aprovado por unanimidade.

Vogal Catarina Barreto:

«Falecimento de Manuel Simões Madail

O Sr. Manuel Simões Madail, que faleceu no pretérito dia 7 de Junho de 2018, foi um cidadão exemplar, um acérrimo defensor da Freguesia de Aradas e da Cidade de Aveiro.

Durante a sua vida dedicou-se à causa pública de forma nobre e desprendida, presidindo à Junta de Freguesia de Aradas durante um quarto de século, de 19977 a 2002, contribuindo de forma significativa e notável para o crescimento da Freguesia,

transformando-a numa Aradas mais moderna, mais apelativa, mais desenvolvida, dotando-a de equipamentos essenciais à população e atraindo investimento para a freguesia.

Gestor de mérito excepcional, as empresas que possuía e administrativa, foram o garante do trabalho de aproximadamente 500 (quinhentas) famílias durante décadas.

Foi ainda e sobretudo Homem de causas e de amor, um benemérito. Mandou construir e oferecer à Paróquia de Aradas um Lar de Terceira Idade, atribuindo-lhe o nome da sua falecida esposa, em sua homenagem. Apoiou de forma incondicional e notável diversas Associação e Colectividades da Freguesia e da Cidade, ajudou na promoção da Cultura e do desporto em Aradas e em Aveiro.

O Sr. Manuel Simões Madail foi indubitavelmente a figura mais marcante da Freguesia de Aradas, aquela a quem a Freguesia mais deve.

Pelo percurso e exemplo de vida, propõe-se a esta Assembleia Municipal que delibere:

- 1. Aprovar o presente "voto de pesar" pelo falecimento do Senhor Manuel Simões Madail, guardando um minuto de silêncio em sua memória;*
- 2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste voto de pesar.»*

Colocado à votação do plenário foi aprovado por unanimidade.

De seguida a Assembleia Municipal realizou um minuto de silêncio.

Continuando o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem-do-Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Junho, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1 – Informação sobre a Atividade Municipal de 02ABR18 a 18JUN18;

Ponto 2 – Apresentação da Ideia Base e recolha de contributos para o Estudo Prévio e Projeto de Qualificação do Rossio;

Ponto 3 - Apreciação e votação da Conta Consolidada 2017 do Município de Aveiro;

Ponto 4 - Apreciação e votação da Moção "Mais Cuidados de Saúde para a População de Nossa Senhora de Fátima";

Ponto 5 - Apreciação e votação da Proposta de Recomendação "Encerramento das Grandes Superfícies Comerciais aos Domingos e Feriados à tarde".

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa, declarou da enorme presença no plenário de munícipes, que pretendem intervir neste período reservado ao público⁰⁰⁶, predominantemente sobre o "Projecto do Rossio".

Presidente da Mesa.

Munícipe Cláudia Cardielos:⁰⁰⁷

"Boa noite a todas as pessoas presentes. Existem dois temas que me trouxeram aqui esta noite. A questão do Jardim do Rossio e a questão do trato dos animais no município. Sei que já estamos cansados discutir a segunda e do desconforto que se tem gerado à volta dela. Digo, estamos, porque os cidadãos também estão. Mas não é fácil ser ouvido enquanto cidadão. Como creio que não seja fácil trabalhar num sistema em que se é obrigado a ser, ou ter, oposição algo antes de saber exatamente a quê. Por isso, convido-os a ouvirem o que vos trago, como matéria de reflexão para os próximos dias.

Apelo ao objectivo comum de todos. Gerir Aveiro e evoluir a cidade tendo em conta o bem viver do colectivo e o ambiente circundante assim como das parcerias naturais.

Resumindo o assunto dos animais rapidamente, volto a este tema porque ele não pode esperar dois anos para ser resolvido. Há efectivamente muitas pessoas e entidades que de forma voluntária têm feito muito bons trabalhos. Associações que em situações muito precárias dão o melhor para integrar animais abandonados num ambiente de amor e saúde. Clínicas que lhes dão apoio sem exigir pagamentos imediatos. Pessoas que estão muito bem tratadas para resolver e assegurar bem a segurança animal, que precisam de um voto de confiança por parte de quem quer agilizar soluções legitimamente. Um voto para que possam continuar a agir como têm feito mas com as condições que precisam e merecem.

Como proposta de resolução para esta situação dou-vos uma ideia. Mais do que fazer um canil municipal, instruir ou colocar novas pessoas ao serviço, Aveiro precisava de um plano em rede que servisse de apoio para os animais do município. Que unisse as entidades que já existem, legitimasse terrenos, pagasse ordenados a quem já trabalha muito estes problemas e criasse fundos nas clínicas veterinárias que já têm dado muito apoio fiado às pessoas ou instituições que as visitam.

Seria importante também que fossem criadas as estruturas necessárias, complementares ao cumprimento da tal rede, que teria a função de canil municipal. Mas que nem deve ser apenas um canil porque o problema que temos em mãos não envolve apenas cães.

De resto, o plano educativo para o trato e adoção de animais parece bem apresentado pela Câmara após a reunião participada do executivo. É importante que as pessoas percebam que animais abandonados, soltos, com fome na rua, são ameaças à segurança e à saúde pública das populações. Não é possível manter os animais nessas condições, porque eles atacam pessoas e outros animais quando têm fome. Percebam também que é necessário apoiar quem tem condições para tratar os animais para que eles tenham de facto uma vida digna. O Executivo deve delegar tarefas de forma organizada e trabalhar com todos, numa perspectiva de colaboração ao invés das oposições ou concorrências habituais.

Relativamente ao Jardim do Rossio, tema debatido aqui hoje, apelo ao que já se sabe sobre a importância para a saúde do contacto entre o ser humano e a natureza. O Rossio é o único Jardim do bairro da Beira-mar e um dos espaços considerados coração da cidade de Aveiro. É certo que tem estado destrutado, pouco limpo, com fezes de animais, assim como com o ambiente noturno pouco acolhedor.

É certo que precisa de um plano interventivo. Mas o plano interventivo que se coloca hoje em cima da mesa é um plano de higienização pouco atualizado para as necessidades do presente.

O espaço do Rossio deve ser intervencionado sim, mas deve continuar a ser um Jardim. Pode ter mais luz noturna, mais espaço de convívio, parques infantis, uma esplanada, um quiosque, mais limpeza e mais educação à volta do seu trato. Perderá a alma se ficar plano e deserto, como se apresenta no projeto aprovado.

As pessoas mobilizam-se para desaprovar este projeto porque entendem que este Jardim não deve deixar de ser um Jardim, de ter árvores, e relvado. Não deve deixar de ser convidativo a adultos, crianças, e animais. Mas pode e deve ser ainda melhor aproveitado. Em acréscimo, num dia de muito calor ou num dia muito ventoso, uma praça urbanizada como a que se apresenta no plano aprovado, será tudo, menos convidativa para a população para seu usufruto. As árvores e o relvado desempenham um papel fundamental e o crescimento das mesmas não deve ser limitado por quadrados de cimento.

Um outro ponto que se deve mencionar relativamente ao projeto aprovado, é o parque subterrâneo de estacionamento. Porque Aveiro tem suficientes parques subterrâneos, com

horários pouco úteis à população, ou com valores monetários cujas pessoas não estão dispostas a dispensar. Mas eles estão construídos e também eles estão desaproveitados.

E em cidades com elevados fluxos turísticos, os turistas não devem desaguar nos corações da cidade. A azáfama de camionetas no centro de uma cidade como Aveiro e num bairro como o Beira-mar é muito stressante para os seus habitantes. A Beira-mar é um bairro pequeno e familiar. Tem pouco espaço para a mobilidade automóvel e merece ser respeitada preservada. Aveiro tem uma dimensão relativamente pequena, faz-se bem a pé e em pouco tempo. Seria bom canalizar o fluxo turístico das camionetas para outro sítio mais adequado e há vários sítios possíveis.

Deve-se depois criar percursos para que os turistas possam explorar Aveiro a pé e visitar o bairro da Beira-mar convenientemente. É verdade que existe um problema de mobilidade e estacionamento no bairro da Beira-mar. Mas um parque subterrâneo novo não irá resolver esta situação. São os próprios habitantes deste bairro que o desaprovam e rejeitam. Ao invés da já habitual e torturosa caça à multa de trânsito que é feita no bairro da Beira-mar, poderia ser feito um controlo preventivo. As equipas de limpeza e de policiamento municipal, poderiam desempenhar um papel fulcral, para um Jardim e para um bairro bem cuidado. E as fontes de receita próprias do município devem ser pensadas de outras formas, para promover trocas justas entre cidadãos e o Executivo que os governa.

Seria bom olharmos para os exemplos de outras cidades europeias e darmos primazia ao respeito pelo nosso meio ambiente e pela natureza envolvente. Estruturarmos a nossa adaptação e cuidar através da criação de formas distintas de organizar os fluxos humanos turísticos ou locais e financeiros da Cidade.

É preciso lembrar que, uma cidade para ser realmente boa aos olhos de um turista, tem de ser primeiramente boa aos olhos dos seus locais, que devem ser felizes, satisfeitos, e orgulhosos com aquilo que é deles. Para isso estes têm de ser mais vezes ouvidos.

É tempo de passar da cultura da oposição à cultura do reconhecimento, da colaboração, e da entreatajuda. Ambos os temas precisam disso e felizmente Aveiro tem muito bons trabalhadores a quem já só falta mesmo unir esforços. Obrigada."

Munícipe Rocha Almeida: [008](#)

"Cumprimento a todos. Manifesto a minha satisfação de estar aqui presente no meio de fórum do povo de Aveiro e dos seus representantes autárquicos. Este cumprimento permita que o dirija pessoalmente à Mesa e meu parente O Senhor Presidente desta Assembleia, Dr. Luis Souto. Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores e todos os Senhores deputados municipais.

Eu pedi a intervenção por um motivo muito simples. Sou um cidadão calmo, um cidadão pacífico, um cidadão empenhado e, como empenhado sou também um cidadão preocupado. Há duas ou três semanas que eu não tomo descansado a minha bica da manhã com os meus companheiros da matina. Recorrentemente a discussão que se põe e as divisões de opiniões que se põem acerca do Rossio. O Rossio caiu hoje, em me u entender, na cidade de Aveiro e entre os seus cidadãos, como que a questão magna da gestão municipal. O Senhor Presidente é teimoso, o Senhor Presidente quer um estacionamento subterrâneo no Rossio. O Rossio não suporta pelas lamas, pelas águas, por diversos factores não suporta esse tipo de obra. O Rossio não pode suportar porque o Rossio é no meu entender e julgo que no entender de todos os aveirenses, desde os primórdios da história de Aveiro (e estão passados mais novecentos ou mil e tal anos) foi sempre o terreiro do povo. Foi ali que Aveiro, os cagaréus e os ceboleiros nasceram. Foi ali que eles conviveram; foi dali que eles partiram por todo este mundo; foi dali que eles preparam a sua vida e falam hoje com tanto orgulho desses princípios de serem aveirenses.

O Clero, a Nobreza, trepou um bocadinho mais acima, foi para os conventos, foi para as sedes do poder, e o povo ficou descalço e a pé no Rossio. E isto no meu entender e na minha compreensão, exige de nós, responsáveis pela vida atual de Aveiro, exige de nós que o Rossio seja tratado com respeito. E mais do que com respeito, com carinho.

E são dois factores que quanto a mim se tornam impossíveis de não reconhecer no Presidente da Câmara Eng.º Ribau Esteves. Não pode, não deve, e de certeza absoluta que o não fará, qualquer intervenção no Rossio que não seja largamente debatido, largamente discutido, largamente ouvidas opiniões, principalmente dos senhores deputados municipais e, principalmente, do meu querido amigo do presidente da Junta de Freguesia da Glória e Vera-Cruz. Que como Presidente de Junta deve ser o primeiro a ser porta voz das populações destas duas freguesias de Aveiro. Gostava de o ouvir neste assunto. Gostava que interviesse mais neste campo. Porque aqui não pode fugir a essa responsabilidade de ser efetivamente o mandatário da vontade da população dos seus fregueses (entre aspas).

E é isto que me traz e animou a minha vinda. Animou-me a vinda porque eu acredito que, se o Presidente da Câmara disse, que estamos num projeto, estamos na fase de discussão do projecto e do que ali se há-de construir, eu tenho por certo e vou sair daqui descansado, porque lhe faço o repto de que seja o primeiro a informar-me de que o senhor não ouviu, não discutiu, não faz a opção para a melhor solução para Aveiro, a melhor opção para o Rossio, a melhor opção para Aveiro do futuro — e isso torna-me descansado.

Mas como a população e os meus amigos da bica no café continuam preocupados e porque Vexa vai falar a seguir sobre este assunto, eu vou disciplinadamente, expectantemente, ouvir a intervenção de Vexa no sentido de dizer "estejam descansados porque eu estou com a "vontade da população". E aquilo que a população neste campo me ditar é essa a minha opção. Muito obrigado, senhor Presidente."

Município José Carlos Mota:[009](#)

"Bem, meus Senhores e minhas Senhoras, antes de mais, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Aveiro, Luís Souto Miranda, Executivo, Deputados Municipais e caros Concidadaãos.

Vim participar nesta reflexão, porque obviamente sinto preocupado com o projeto que está a ser pensado para o Rossio, mas mais do que o projeto está a ser pensado a forma como o projeto apareceu!? E a forma como ele resulta dum exercício de planeamento que, no meu ponto de vista, tem algumas fragilidades que eu gostaria de apontar. E a razão porque eu vi aqui prende-se em primeiro lugar com razões mais simples, com as razões dos nossos filhos. Os nossos filhos que usam o Rossio, que brincou no Rossio, que brincaram muitos anos no Rossio e que sobretudo o modelo que o Rossio vai ser no futuro vai ser para eles não vai ser para nós. Por isso preocupa-me e é o objetivo de estar aqui, é exatamente porque estou preocupado. Porque estou preocupado com a cidade que vou deixar aos meus filhos e às novas gerações. É obviamente, também estou motivado pela necessidade que o Dr. Rocha Almeida acabou de transmitir e aquilo que o Dr. Luis Souto também disse, de procurar criar consensos entre os Aveirenses rapidamente, para os projectos para a Cidade.

Esta tensão que se vive e que se persente por esta sala cheia, esta guerra relativamente ao futuro Aveiro e um é um desperdício de energia. Nós precisamos de energia para outros desafios mais importantes e este parece-me a evitar relativamente àquilo que são as alternativas que podemos ter.

E isto tem um bocadinho a ver em primeiro lugar, com a Cidade que gostaríamos de ter. Eu gostaria de falar sobre o Rossio, mas antes do Rossio, antes do projeto, falar sobre que cidade é que nós queremos? Onde cada um de vocês gostaria viver. E procurar discutir

primeiro esta Cidade. Uma Cidade feita de Bairros, uma Cidade feita pelas comunidades, uma cidade que valoriza o espaço público. Uma cidade que valorize (e este executivo e este mandato está a ser a interessante neste ponto de vista) este projeto de Viva Cidade que envolve os cidadãos na construção das soluções para os seus bairros, para as suas ruas, para os seus espaços públicos.

Uma cidade que se pense do ponto de vista da mobilidade, e que nos seus próprios documentos de planeamento e no próprio PEDUCA equacione a necessidade de valorizar a mobilidade sustentável, a mobilidade dos peões, das bicicletas, dos transportes coletivos, e que aponte nos seus documentos de planeamento que, devemos evitar trazer mais automóveis para o centro da cidade.

E, uma cidade, esta cidade de que vos falo, a cidade que nós temos vindo a construir, é a cidade que outras comunidades no mundo estão a procurar construir, estão a procurar fazer. Por isso nós estamos alinhados desse ponto de vista com aquilo que é a Agenda de reflexão sobre o futuro das cidades noutras partes do mundo. E isso é importante garantir. E, portanto, se é esta cidade que gostaríamos de ter, esta cidade que queremos deixar aos nossos filhos, temos que ser coerentes com a forma como planeámos o futuro da cidade para que ela não contrarie estes princípios fundamentais.

Quando planeamos a cidade, temos que evitar formas de planear que corram riscos desnecessários, para que os projetos ou as soluções que apareçam, contrariem a visão que gostaríamos de ter e que queremos ajudar a construir. E, sobretudo e aqui centro-me muito no método escolhido para a concessão deste projeto, a ideia do concurso de ideias. A fórmula o método do concurso de ideias. Não sei se recordam na apresentação que o arquiteto realizou no Auditório do Centro Cultural, ele próprio reconheceu que esta metodologia tem fragilidades, por várias razões. É um concurso de ideias em que ele não pode dialogar com as comunidades, os participantes não podem falar com o Executivo, com as comunidades, tem um tempo muito limitado para investigar os problemas daquele território e, portanto, ele partilhou e julgo que o irá fazer novamente, que aquilo resultou de um ou dois meses de trabalho. E obviamente que esta metodologia é muito arriscada, quando estamos a trabalhar nos territórios que são mais sensíveis da cidade. Aquilo a que nós chamamos o "coração da cidade".

E por isso, esta metodologia que já foi testada no passado com iguais problemas é de evitar quando queremos planear o futuro da nossa cidade.

E, obviamente, que esse futuro deve ser o futuro participado — todos o reconhecem, o Senhor Presidente tem-no dito várias vezes. E eu chamo a atenção desta figura que julgo todos compreendem que tem a ver com o que é a participação (esta a ser exibido um PowerPoint). E sobretudo com a ideia de que a participação tem vários graus, é como se fosse uma escada. E há degraus onde todos subimos com facilidade e os degraus mais exigentes são aqueles mais acima. E a participação, tal como uma escada, os primeiros degraus, muitas vezes são degraus onde quase não tiramos os pés do chão. Uma investigadora Sherry Arnstein considera esta como uma não participação.

Portanto muitas das vezes aquilo que fazemos de partilha de informação ou de uma pretensa partilha de informação, se ela não criar oportunidades de diálogo, de concertação, de definição (como o Dr. Rocha Almeida sugeriu) de criar consensos nestes projectos, essa participação não é verdadeira participação.

A participação tem que ser mais do que isso. E o olhar sobre o território também tem que ser mais do que isso. Não pode ser centrado num micro espaço do Rossio. Até porque se virem a história do Rossio ela concentrou várias funções ao longo do tempo. Foi praça de touros, foi campo de jogos, foi a feira-de-março. Hoje em dia, felizmente, a cidade cresceu e tem vários espaços alternativos, onde muitas dessas funções passaram a estar e devem estar. E por isso, aquele mapa que está ali e que eu não posso descrever, mostra que temos que ter um olhar mais vasto sobre a cidade. E, por isso, muitas das opções que estamos a

querer encaixar no Rossio, eventualmente, fazem parte dos territórios da Ria, dos territórios do Parque de Feiras, de outros territórios muito mais abrangentes que fazem parte da cidade e, portanto, precisamos de uma visão de futuro, de uma visão mais abrangente.

E para terminar com um desafio. Não trago respostas, mas trago um desafio ao Senhor Presidente, para exatamente, para partirmos, a partir de agora, na discussão sobre o Rossio que gostávamos de ter em Aveiro. E se isto obrigar a ter que parar para equacionar outro desenho, uma outra conceção do futuro. O futuro que queremos deixar aos nossos filhos assim o exige. Muito obrigada."

Município David Iguaz:⁰¹¹

"Como município desta cidade há 25 anos, como o morador no bairro da Beira-mar e na representação do movimento espontâneo "Juntos pelo Rossio", venho apresentar este abaixo-assinado, que foi lançado no passado dia 21 de Abril por mim, a minha mulher e vários moradores do bairro. Nele se encontram, se as minhas contas não falham, 2536 assinaturas válidas, que irei entregar no final desta minha intervenção. Grande parte delas foram assinados por cidadãos desta cidade que se encontram como eu revoltados pelos planos desta autarquia de tornar o Jardim do Rossio num descampado de saibro, ou praça urbana, como foi eufemisticamente denominado.

A primeira questão que surgiu na mente de muitas pessoas foi simplesmente, porquê? Porquê criar um estacionamento de 300 lugares subterrâneos no centro histórico da cidade, numa zona tão sensível do ponto de vista geofísico, social, e ambiental, quando a cento e poucos metros existe o parque de estacionamento marquês de pombal, com 476 lugares e que se encontra na sua maioria permanentemente vazio.

Estas fotografias foram tiradas no último fim de semana passado. Penso ser bastante demonstrativo o uso que está a ter neste momento este parque estacionamento. Só no final, nos últimos slides (estava a passar um powerpoint) é que conseguimos ver alguns carros, no primeiro andar, na altura contei 25 carros, num período de afluência de pessoas para a cidade.

Queria ainda lembrar às pessoas, com esta fotografia, o que foi o projecto e a obra do parque de estacionamento marquês de pombal. Esta foi a obra que ficou durante muito tempo e que prejudicou incrivelmente e irremediavelmente a vida de muitas pessoas e de cidadãos. Portanto é isto que eventualmente poderá acontecer no Rossio.

E agora mostrar, esta é uma praça urbana. Portanto já temos uma praça urbana em Aveiro. Penso que em comparação com aquilo que temos só temos a ganhar em manter o Rossio tal e qual como está.

Em contrapartida, o que iremos ter, pronto, muitos de vocês já viram isso, temos este projeto.

As soluções são muitas. Infelizmente não temos aqui muito tempo para apresentá-los, mas obviamente uma delas, seria criar uma sinalética adequada no centro da cidade para encaminhar o trânsito até estacionamento marquês de pombal.

Mas há mais. Há muitas outras que infelizmente não cabem neste tempo limitado que dispomos. No entanto, independentemente das variadíssimas ideias que os aveirenses possam dar — e penso que são muitos. Penso que um debate alargado e público, moderado por especialistas, com a participação da própria Câmara e a Universidade de Aveiro, seria fundamental, dada importância deste espaço para todos nós.

Como o Senhor Presidente sabe, o nosso movimento faz parte do agrupamento aberto de associações de Aveiro, vulgo A4. Ele fez uma proposta pessoalmente há poucos dias e da qual continuamos à espera para que a participação do cidadão seja verdadeiramente posta em prática, uma vez que o modelo seguido nestas sessões públicas, não deixando de ser válido, não permite uma efetiva discussão pública.

Para terminar. Gostava de citar o Arquiteto Nuno Mateus, o gabinete ARX, como sabem foi o vencedor do concurso de ideias, com estas surpreendentes palavras divulgadas na sessão "desconhecia a proposta vencedora".

Esta modalidade planear territórios está longe de ser a mais adequada. Os projetistas respondem a um caderno de encargos que não podem contrariar.

Os projetistas respondem a um caderno de encargos que não podem contrariar. Gastam um tempo limitado de investigação, o que nos lhes permite um conhecimento adequado do objeto que querem transformar e fazem um trabalho solitário, sem qualquer contacto com a autarquia e ou com a comunidade. Acho que isto só nos pode deixar ainda mais preocupados. Obrigado"

Municípe Alice Tavares:[012](#)

"Muito boa noite a todos. Não vinha propriamente preparada para haver tanta assistência, mas efetivamente este também é um motivo que me traz aqui. Verifico que a nível nacional nós estamos com um desenvolvimento ao nível do Turismo muito interessante. Esse desenvolvimento do Turismo que é um dinamizador da economia interessa a Portugal, interessa às regiões. No entanto, também se verifica que esse crescimento desde 2011 a 2015 tem sido exponencial, em relação a algumas regiões e desde 2015 para outras, nomeadamente para Aveiro, tem também tido um elevado significado.

O contraponto a todas as análises que têm sido apresentadas em diferentes organismos revelam também um outro lado da moeda, que é, não está a existir uma avaliação do sacrifício das populações em relação a esta transformação. Não está a existir um controlo sobre a irreversibilidade das intervenções em relação ao património que é de todos. E há uma sobrevalorização dos interesses do mercado e do turismo sobre as próprias populações.

Este é um caso, digamos, paradigmático que se verifica em relação ao Rossio. Por isso efetivamente merece uma ponderação. Gostaria no fundo, porque não detenho toda a informação. Gostaria que fosse explicado o que é que pode justificar atuar de uma forma irreversível num espaço que é o coração da cidade — para todos os efeitos é o único espaço urbano, de estar, que a cidade tem.

E explicar porquê, uma ação de criação de um estacionamento subterrâneo quando temos vários estacionamentos. Porquê criar no centro, que é que justifica um estacionamento no centro. O que é que justifica que essa ação de se querer um estacionamento no centro é irreversível e vai ser até ao fim, se calhar, das nossas vidas, porque o voltar a ser um espaço verde, o voltar a ser um espaço como lá está, será de tal forma oneroso que será completamente impraticável. E, por outro lado, verificar que se estamos a atuar nesse espaço central, efetivamente temos que ter a sensibilidade de ouvir antes as populações — e eu não quero estar a discutir o projeto. Porque não é o projeto que deve ser discutido, mas antes a encomenda! O que deve ser discutido efetivamente é a ideia primeiro para se transformar aquele espaço, para aquelas funções.

E o que se verifica também a nível nacional é que não está a existir nenhuma entidade pública ou municipal (na maior parte dos municípios) que efetivamente esteja a monitorizar a transformação que este Turismo está a ter em termos do parque edificado e que deveria ser preservado. Aquilo que é o emblemático das cidades. É completamente omisso esse tipo de abordagem e deveria efetivamente e até porque os municípios são quem detêm de uma forma transversal toda essa informação, deveria efetivamente ser os municípios a monitorizar.

E, eu pergunto porquê em vez de se colocarem todos os sacrifícios numa área que se não fizer nada ela continua a atrair turista, continua a atrair a população, porque é que não se alarga, e esse investimento aplicasse a outras áreas e assim, mesmo que esta situação do

turismo seja uma moda, no final o proveito será para todos e para mais. E, portanto considero que efectivamente deveria ser repensado o projecto do Rossio. Muito obrigado."

ADERAV - Sónia Filipe:⁰¹³

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Minhas Senhoras e meus Senhores, Caros concidadãos.

A ADERAV congratula-se com a possibilidade dada, para nesta casa se ouvirem os aveirenses sobre tema tão importante e significativo. Trata-se de um bom exercício democrático, que importa louvar publicamente. O contributo de todos é fundamental e é imprescindível.

Em consequência, vem a ADERAV demonstrar a sua preocupação relativamente à presente proposta de intervenção para a área do Rossio de Aveiro, promovida pela Câmara Municipal de Aveiro, expressando a sua vontade de serem reflectidos e ficarem salvaguardados alguns dos seguintes pontos por outros, que por questões de limite para a presente intervenção, não serão agora aludidos.

Desta forma, a área em questão, apresenta um elevadíssimo potencial patrimonial, nomeadamente o arqueológico, muito relevante para a história da vila e Cidade de Aveiro, pelo menos dos últimos 500 anos.

Se não vejamos, sumariamente: O antigo porto de Aveiro localizar-se-ia nesta área, pelo lado norte da muralha (então recentemente construída), no troço que continha a Porta do Cais, também designada do Norte ou a Porta da Ribeira.

Esta era a principal porta de serviço de marnotos, marinheiros e comerciantes ligados ao porto, e estaria sempre aberta para que a qualquer hora do dia ou da noite poderem acudir à entrada ou saída de navios, dependendo da hora das marés, conforme nos mostra um documento de julho de 1550. Sim, de há 468 anos!

Nesta área terão também existido os estaleiros de construção naval, de onde na transição da época medieval para a época moderna, terão saído alguns dos navios que andaram nas rotas dos Descobrimentos.

No ano de 1552, o recenseamento geral da costa portuguesa identifica 70 navios em Aveiro, o que representa o maior número de navios dos portos entre o Minho e o Vouga.

Mas o Rossio também já foi marinha, documentada desde época medieval — e ainda presente, em parte, no século XIX.

A Igreja de S. João do Rossio, erigida no início do século XVII, e neste momento curiosamente assinalada pelos projectistas como o bem arqueológico-patrimonial mais significativo e a primeira referência ao espaço, poderá até nem ser o mais importante em face do já exposto. Apenas o lembramos com maior destaque, porque terá sido o que chegou até nós, mais perto dos nossos dias, ficando a sua imagem retratada em diversas fotografias de época. Recordamos que foi demolida com os alvares da implantação da República.

Mas o Rossio, tendo sido tudo isto, é muito mais do que tudo isto — e isso já foi referido nas intervenções passadas.

Das várias ocupações que teve, de referir a Casa de Chá em consola sobre o Canal, uma belíssima ideia aliás, que propomos deva ser equacionada no âmbito do desenvolvimento do projecto e dos novos usos pretendidos por este espaço.

O Rossio de Aveiro afirmou-se como lugar de encontro, como espaço de convivialidade para os habitantes da beira-mar, para os aveirenses em geral e para tantos que nos visitam – quer de paragens mais próximas ou mais distantes.

A ADERAV, como associação que defende também o património natural, preocupa-se com a programada diminuição drástica das áreas verdes, quer as ajardinadas quer as arbóreas. E questiona-se que critérios possam presidir a esta decisão!?

A nossa associação está atenta ao que se passa com os nossos espaços verdes, pelos inúmeros benefícios que estas áreas apresentam, sobretudo do ponto de vista da saúde humana.

Caso o projeto avance, o número de árvores abatidas, será significativo. Muitas dessas árvores com cerca de 30 anos estão de perfeita saúde. E o nosso apelo vai no sentido de deixarem as árvores crescerem nesta cidade e, neste caso no Rossio, onde a sua sombra é procurada por muitos aveirenses e turistas. A aridez física, que se vislumbra no projeto apresentado, à semelhança do que já aconteceu em outros locais desta cidade, afastará os cidadãos daquele espaço, até aqui tão procurado.

Preocupa-se a ADERAV com as opções por alguns dos materiais propostos. Outras intervenções houve em que na envolvente em que estes mesmos materiais foram aplicados, e pese embora se encontre fundamento histórico para a sua aplicação, nesses casos, neste caso do Rossio é mais discutível. Sabemos que a opção por alguns destes materiais conduziu a sérios problemas de fruição dos espaços, em boas condições, pelos utilizadores. Um dos exemplos mais conhecidos é o Terreiro em torno do Mosteiro de Alcobaça.

Preocupa-nos o destino da estátua de João Afonso, não apenas pelo valor, imponência e significado artísticos da própria estátua, mas pelo simbolismo que encerra em si próprio, uma vez que Aveiro foi berço de dezenas de mestres, pilotos e navegadores que participaram na primeira globalização — os Descobrimientos Portugueses.

E João Afonso é expressivo exemplo do envolvimento e papel de Aveiro neste extraordinário momento da nossa história colectiva, não podendo ser relegado ao esquecimento ou posição secundária.

Preocupa-se com a carência de uma política de discussão clara das opções de mobilidade do perímetro urbano da cidade, o que nos conduz a sérias reservas sobre a pertinência de mais um parque de estacionamento subterrâneo no coração da cidade.

Preocupa-nos a perda de algumas valências que o Rossio tem neste momento, sem uma alternativa clara e de igual centralidade e encontro com a natureza, como seja o exemplo já aqui referido — o parque infantil.

Preocupa-nos as consequências de uma política que poderá conduzir à eventual turistificação de espaços emblemáticos da cidade, como este, não respeitando a sua escala, as funções que acolhe, a comunidade que serve. Não queremos herdar de Veneza senão a comparação de cidade dos canais e não os problemas dramáticos que os venezianos diariamente enfrentam no que diz respeito aos efeitos da turistificação e gentrificação da sua cidade.

Preocupa-nos, em não menor medida, com uma possível aridez, tanto física como emotiva, que esta ideia de projecto parece apontar para o nosso Rossio.

Neste sentido, aplaude esta auscultação da comunidade, e gostaria que fosse construída uma solução mais amadurecida, mais consensual e com o contributo de todos.

Todo o trabalho pela causa pública é feito para as pessoas. Todo o trabalho que envolva a introdução de benfeitorias em espaços comunitários deve ser feito 'com' as pessoas.

É nada menos do que isto que a ADERAV espera e se dispõe a colaborar. Pela defesa dos interesses dos aveirenses. Pela defesa dos valores patrimoniais e identitários em presença. Somos o que fomos. Saibamos ser herdeiros de tão importantes e significativas memórias e dar ao Rossio o futuro que merece. Não esquecendo as múltiplas e significativas camadas do seu passado. Com todos e para todos.

Muito obrigada por esta oportunidade Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro."

CICLAVEIRO - Francisco Teixeira:⁰¹⁶

"A Associação Ciclaveiro agradece obviamente a oportunidade de estar aqui nesta Assembleia e de poder manifestar a sua opinião. Penso que para muitos aveirenses a nossa posição, enquanto Associação e enquanto grupo cívico de cidadãos que trabalham voluntariamente por uma causa em que acreditam, é bem conhecida. Já nos manifestámos publicamente em relação a algumas destas iniciativas e, portanto, aquilo que vamos transmitir, provavelmente será do conhecimento muitos.

Aquilo que a Associação tem a dizer, neste momento, é que o projeto designado de requalificação do Rossio apresenta características preocupantes. Características técnicas por um lado, que já foram aqui por demais salientadas e, portanto, não vale a pena insistir muito nisso e, por outro lado, características do próprio acto de decisão de topo ou da própria tomada de decisão e das escolhas das opções. Nós consideramos que vivemos o devíamos viver numa democracia moderna. Uma democracia que não deve ser só representativa mas também participativa e, portanto, a voz dos cidadãos deve ser ouvida atempadamente e nos fóruns próprios, e não relegada para as últimas instâncias e para as últimas oportunidades.

Dito isto, é evidente que nos preocupa o projeto em concreto Rossio por várias razões. Pelas razões que já aqui foram apontados por outros representantes e, pelo facto, de nos parecer configurar uma situação que vai contra aquilo que é a tendência evolutiva das sociedades modernas.

As Cidades modernas são crescentemente descarbonizadas, são crescentemente a favor das pessoas, dos espaços abertos para as pessoas, dos transportes e da mobilidade suave e não da promoção do automóvel, e da defesa constante e apenas do automóvel em detrimento dos peões, e deixe os meios sustentáveis e suaves de mobilidade.

Parece-nos que esta solução não aponta nesse sentido e, por isso não poderíamos apoiá-la de forma alguma. Mas, sobretudo, achámos que deveríamos tal como outras associações e outros grupos de cidadãos ser ouvidos de uma forma mais cuidada nesta tomada de decisões. O Ciclaveiro desde a sua fundação há cerca de 2 anos começou por contribuir com contributos diversos, técnicos, sobretudo técnicos e bem fundamentados para a autarquia aveirense. Ofereceu estudos, fez propostas, apresentou dados técnicos e até agora não teve um feedback minimamente reconhecível e aceitável das suas propostas. Portanto, não se estranhe, que depois o Ciclaveiro apareça como um movimento crítico, quando se esforçou, sobretudo e durante a sua existência, apesar de recente, em dar contributos construtivos e positivos, que não são ouvidos, não são tidos em conta.

E sendo assim, é evidente que a nossa posição vai ser crítica. Vai continuar a ser crítica. Esperamos que haja o bom senso de infletir algumas destas posições e que se possam de facto mudar algo, para que Aveiro seja uma cidade tendencialmente mais moderna, porque certamente isso vai atrair mais turismo. Turismo de qualidade. Vai melhorar a qualidade de vida das pessoas e penso que, certamente é isso que todos queremos. Não precisamos de uma sociedade como com mais canalização de trânsito automóvel para o centro. Não precisamos de uma cidade com mais poluição, fruto da mobilidade automóvel. Precisamos de facto de mais espaço para as pessoas, mais espaço para todos. O Ciclaveiro não é um movimento (ao contrário do que se pode pensar), não é apenas um movimento de pessoas que usam a bicicleta e que defendem utilização da bicicleta. É sobretudo um movimento que quer uma cidade mais sustentável que quer uma cidade mais amiga das pessoas e em que todos possamos conviver de uma forma mais aberta, mais despreocupada, no fundo mais amigável para todos. Que apoie ao mesmo tempo o comércio local, porque as pessoas que se deslocam em bicicleta estão mais próximas do comércio local, estão mais próximas umas das outras e convivem com menos conflito no trânsito diário, etc.

Os ciclistas em Aveiro, neste momento, não são suficientemente respeitados, às vezes não são minimamente respeitados, sentem isso no dia-a-dia, aqueles que têm, digamos, a coragem de andar de bicicleta no dia-a-dia, como muitos de nós fazemos, sentem essa pressão. Sentem que temos necessidade de encontrar nesta cidade aquilo que vemos noutras cidades à nossa volta e algumas até bem próximas no nosso país e custa-nos de facto observar que parece haver uma falta de visão, quando se promovem projetos deste tipo.

Projetos que de facto não nem sequer promovem os espaços verdes, promovem outro tipo de espaços desertificados e promovem uma mobilidade que não é consentânea com aquilo que é a evolução das cidades modernas. Portanto, fica aqui a nossa posição crítica e fica aqui o nosso apelo a que haja uma inflexão nesta tomada de decisão Muito obrigado."

Município - José Paiva Rodrigues:⁰¹⁷

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro. Senhores deputados desta Assembleia, Exmos. senhores presidentes de junta de freguesia, minhas senhoras e meus senhores.

O assunto relacionado com "Memorial" a Aviação Naval não é novidade para o excelentíssimo Presidente — pois foi por diversas vezes por mim apresentada em sessões de câmara.

Aveiro pela iniciativa de antigos militares e civis da aviação naval e por total apoio de decisão do então Presidente da Câmara, Dr. Girão Pereira, teve a partir de 18 de Maio de 1981 um monumento à aviação naval — logo ali junto à ponte da Dobadoura. Local de elevado simbolismo histórico para a base aeronaval militar de São Jacinto.

Obra do nosso Jorge Trindade, é de acordo com o registo oficial constituído essencialmente por dois elementos. Um deles senão mais importante, e passo a citar, tinha e deve continuar a ter como parte histórica uma lápide com a inscrição de uma frase do nosso piloto Sacadura Cabral, em carta dirigida ao Almirante Gago Coutinho, quando pretendia fazer ensaios na nossa Ria de Aveiro, em que dizia «com a violenta nortada que se fazia e auxiliado pela mareta que se tinha formado na Ria de Aveiro, o hidroavião descolou como nunca o vira descolar. São Jacinto, Fevereiro de 1921.»

Em data posterior foi decidido juntar outro elemento para complementar um pouco mais a história, atendendo a atribuição do nome da Escola Naval Almirante Gago Coutinho, àquela unidade militar. Surge assim este monumento, tal como não podia deixar de ser, está registado como Memorial da Aviação Naval na Direção Regional de Cultura do Centro, tendo como descrição todos os elementos de pormenor, tal como resumidamente acabei de citar. Aquele Memorial presente, tal como inaugurada em 18 de Maio de 1981, durante 31 anos quis retratar e homenagear 34 anos de Aviação Naval em São Jacinto.

Querendo continuar a elevar bem alto essa homenagem, mas com a transmissão do direito na sua totalidade, tal como escolhido por todos os intervenientes sem exceção.

Razões de pertença de obras de execução de uma ponte pedonal de má memória no Canal Central, ditaram a recolha para os Armazéns da Câmara do monumento, para salvaguarda da sua integridade.

Demorando a sua reposição (eu que alguns sobreviventes da Aviação Naval) em Sessão de Câmara, solicitando óbvio, o nosso Presidente teve o cuidado de elucidar, afirmando "está perante a perda do monumento em circunstâncias inadmissíveis de responsabilidade da própria Câmara" tendo levado agora à decisão política da sua reposição, mas agora como réplica.

A reposição efetuou-se em 1 de Abril de 2017, com cerimónia militar, agregando um elemento de centenário daquela unidade, ao serviço dos três ramos das Forças Armadas. Mas foi de uma forma absolutamente incompleta, pois não foram instalados os dois

principais elementos transmissores da entidade do monumento, pois tratam-se dos que contam a história da história do mesmo.

É convencimento de todos em geral, que o não ter sido retirado, não haveria porventura coragem, fosse de quem fosse, para amputar daquela maneira, aquele Monumento.

Para a sua reposição na íntegra estão sensíveis dos três ramos das Forças Armadas. Nomeadamente o Exército que, em data transata e perante as cerimónias, dos 100 anos daquela Unidade Militar em São Jacinto, apadrinhou a inauguração do memorial à Força Aérea naquela unidade, a par de um outro já existente à Aviação Naval.

Face ao exposto, eu filho do antigo militar da aviação naval e por razões decisivas da Força Aérea também, pertencente à Comissão de sobreviventes para a existência daquele monumento, reclamo a Vossa Excelência, senhor presidente da Assembleia Municipal, dentro do regime desta assembleia, a instalação dos elementos em falta, agora em réplica, para que seja garantida a história da história deste memorial à Aviação Naval em Aveiro. O meu muito obrigado."

Presidente da Mesa⁰¹⁸

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)⁰¹⁹

Presidente da Câmara⁰²⁰

Membros da Assembleia

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰²¹

Senhor Presidente da Câmara, Senhores deputados, estimado público, fregueses. Uma nota muito breve que, de uma maneira geral, vem ao encontro daquilo que eu penso, neste momento, em relação ao projeto (que quanto a mim não é projeto), ainda não há projeto, há apenas uma ideia-base relacionado com o Rossio. Tanto quanto eu procurei saber e, aliás, todos aveirenses sabem, porque a comunicação social tem dito, há diversos estudos ainda a serem analisados, a serem apreciados, e outros que ainda realmente estão para ser recebidos. Daí eu penso e é importante referir aqui, estamos se calhar a precipitar-nos um bocadinho ao considerar isto como facto consumado. Eu não entendo isto como seja um facto consumado.

A Câmara Municipal está, com certeza, receber contributos, na medida e que depois de os juntar, voltará com certeza, a explicar a todos aveirenses na verdade como é que as coisas se vão processar. Neste momento, eu não considero que a minha Junta de freguesia, pelos elementos que têm, por aquilo que tenho lido e por aquilo que tenho ouvido, não considero que há factos consumados.

Portanto, há aqui muitas coisas são precisas serem analisadas. É importante este contributo dos aveirenses. É muito importante, prova de que estão preocupados com Aveiro, que estão preocupados com o Rossio, e que estão preocupados com a nossa cidade. Eu também estou preocupado com a nossa cidade. Vivo em Aveiro há 67 anos, cresci a minha infância e a minha juventude tendo vivido na Beira-mar, conheço toda a gente, conheço a Beira-mar, conheço as pessoas, conheço posso dizer que quase todas as portas e ruas da Beira-mar. E também tenho o meu ponto de vista e a minha maneira de interpretar relacionado com esta situação.

Eu não entendo que o facto esteja consumado. O Senhor Presidente da Câmara ao ouvir estes contributos, mas antes mesmo de os ouvir, já concluiu que é necessário acolher e aguardar os contributos e os estudos geotécnicos, e eventualmente também sentidos de trânsito e muitas outras coisas, porque o problema é delicado, mas não considero que neste momento a Câmara Municipal tem isto como facto consumado.

O contributo dos cidadãos é importante? Obviamente que é importante. Porque se está falar na verdade de um projeto grandioso para Aveiro e importante. Naturalmente que esta comparência dos cidadãos é uma maravilha. É um alerta realmente para todos nós.

Mas quero dizer isto com coragem e com a frontalidade que me é peculiar e característico, conhecendo a dinâmica que esta Câmara de Aveiro tem, portanto de há 4 anos a esta parte, conhecendo a capacidade do Senhor Presidente da Câmara, demonstrado no concelho vizinho, onde é notório o desenvolvimento que cresceu, eu quero dizer a todos os presentes, ao Senhor Presidente da Câmara e todos os que me ouvem, que tem a minha total solidariedade neste projecto como em todos os outros.

Senhor Presidente da Câmara, eu confio no Senhor. O Senhor quererá o melhor para Aveiro, tem a minha lealdade, tem a minha solidariedade política, pessoal e institucional. Muito obrigado.

Presidente da Mesa⁰²²

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²³

"Muito obrigado Senhor Presidente. Muito obrigado a todos pela presença e pelas questões colocadas. Procurarei ser claro e concreto o mais possível para não falar muito tempo e recenseando as questões que cada um escolheu na sua intervenção.

Em primeiro lugar a Cláudia Cardielos. Dizer o seguinte sobre os animais: apresentámos recentemente ao nosso grupo de parceiros, com quem temos vindo a trabalhar há cerca de um ano, aquilo a que chamamos a operação animais de companhia, com um conjunto vasto de medidas desde a imagem, campanha de sensibilização, protocolos de cooperação com a Ordem dos Médicos Veterinários, protocolos de cooperação com Direcção Geral de Alimentação e Veterinária, os estudos prévios de dois parques caninos, a primeira versão do estudo prévio do canil, etc. Mecanismo de apoio às nossas associações, nomeadamente às duas que têm centros de acolhimento, que sendo ilegais, têm condições para serem legalizados, com o apoio financeiro da Câmara Municipal. Apoio inanceiro e institucional, havendo, no entanto, uma das duas Associações que tem um grave problema interno de decisão e temos que estar a acompanhá-lo com jeitinho para que corra tudo bem. Nomeadamente para a facção aveirense dessa Associação e, portanto, é esse trabalho que apresentámos numa versão final, numa reunião há duas semanas, que recebeu elogios e concordância de todos os parceiros. E o nosso compromisso é até ao final do presente mês de Junho estar fechado. Aquilo que também era a apresentação para últimos contributos, que ao longo do tempo recebemos bastantes, fecharmos as várias componentes e fazermos a apresentação pública ainda este mês e ativação formal e operacional a partir do início do próximo mês de Julho.

Portanto é esse o trabalho que fizemos e é essa a operação que vamos concretizar daqui para a frente.

A Cláudia, enfim, há aqui algumas questões que não vou sectorizar, mas compreensivelmente vários de vocês falaram dos mesmos aspetos em relação ao Rossio, e depois o Senhor Augusto falou de uma outra temática, lá irei

Mas dizer-vos o seguinte de uma forma clara e sucinta apanhando aqui várias componentes de várias intervenções.

Primeiro lugar. A nossa opção de fazer um concurso de ideias tem a ver com em primeira instância termos ideias. Porque foi preciso dizer no concurso quais são as referências para que as ideias se desenvolvessem.

Nós chegamos a ouvir, antes de apresentarmos o concurso de ideias, antes de o lançarmos formalmente, que íamos construir um centro comercial no Rossio (aqui mesmo nesta Assembleia Municipal) e, portanto era preciso dizer quais eram as linhas de orientação para que os candidatos apresentassem o seu trabalho.

Há quem diga (e o Carlos Mota falou nisso) que isto é uma forma errada de planear! E citou erradamente o Arquiteto. Porque o Arquiteto não disse exatamente o que ele citou — e eu explico o sentido daquilo que disse o Arquiteto.

Nós fizemos concurso de ideias por dois motivos. Primeiro porque não nos sentimos com as ideias absolutamente chave, fechadas, para seguirmos para um processo normal. E o que é que é um processo normal? Que é aquilo que nós fazemos com todos os nossos projetos. É fixar as ideias de forma mais pormenorizada e contratar por ajuste direto ou por concurso público, uma empresa projetista que vai fazer aquilo que nós lhe mandamos fazer, de forma pormenorizada. E pronto, escolhemos quem ganhou o concurso e esse processo tem duas fases. Tem uma fase de estudo prévio em que se decidem as grandes questões de desenvolvimento do projecto e depois tem a fase do projeto de execução, em que se decidem todos os pormenores. O tipo de parafusos e de madeira e de aço, árvore, etc.

Neste caso, nós entendemos que não tendo nós as ideias absolutamente claras para seguirmos por esse caminho, era útil um concurso de ideias. E em segundo lugar para fazer isto mesmo que estamos a fazer. Para discutir e conversar. Não em ambiente de guerra. Eu tenho que rejeitar liminarmente a frase, a palavra que o José Carlos Mota usou, de guerra. Porque vejam lá o absurdo da palavra! Então por um lado queremos participação, achamos que em certos processos é preciso ouvir, e depois quando abrimos esses processos, e ouvimos, temos uma "guerra"! Para nós não há guerra nenhuma.

Há um processo aberto que, por ser concurso de ideias, e por agora termos uma ideia que nos permite ir para a primeira fase do projeto, que é o tal estudo prévio, com uma ideia-base que pode ser discutível. Pode e é completamente discutível. Se nós tivéssemos vindo diretamente, como em todos os outros projetos, a Câmara tem neste momento 150 projetos em desenvolvimento, e fomos em todos eles diretos o assunto, diretos ao desenho, diretos. É evidente que quando se faz assim, sempre na fase de estudo prévio, é uma fase em que é útil receber contributos. É possível, são acolhidos os contributos. Quando partimos para o projeto de execução ainda alguns que são acolhíveis. Sei lá, nós decidimos numa rua se ela tem iluminação pública ou não. Essa decisão é tomada na fase de estudo prévio, mas quando estamos a decidir o poste, se é um poste mais alto ou mais baixo, com luz branca ou luz amarela, isso é a fase do projecto de execução. Ainda é discutível é, mas já não é discutir se a rua vai ter iluminação pública ou não. Apenas se discute nessa fase a altura do poste ou a cor da lâmpada. Quando se ativa esta ideia anterior à ideia base, propicia-se dois momentos de reflexão. O primeiro propriamente é que pode vir ao concurso. Nós tivemos 8 concorrentes. Eu gostava imenso de ter 80 concorrentes, mas o concurso é público. Vem ao concurso quem quis vir a concurso. Mas essa é a primeira fase de debate. Quem reunia condições técnicas podia vir ao concurso. E depois há uma segunda fase de debate que é esta. Bem mais fácil. Nenhum de vocês cá estaria hoje se nós tivéssemos a iniciar a execução do estudo prévio. Porquê? Porque não havia nada para discutir.

É agora a fase de ideia-base que propicia esta participação. E deixamos isto claro porque não estou aqui com nenhuma simpatia, porque há coisas que vocês disseram que eu concordo e há coisas que vocês disseram com as quais eu não concordo.

Portanto não há aqui nada. Estou a dizer isto para ser simpático, não é isso. O processo foi escolhido assim. De termos esta fase anterior ao normal de um projeto por estes dois motivos muito objetivos. Não tínhamos as ideias absolutamente definidas para arrancar direto a projeto. Segundo entendíamos que era importante um espaço mais aberto de participação pública.

Mais. Este processo estava pronto para nós o termos decidido antes das eleições. Decidi com clareza e disse-o na Câmara, onde estão, obviamente, os colegas vereadores da oposição, e disse-lhes com clareza que não íamos decidir, porque esta matéria era facilmente perturbada pelo normal ambiente de agitação eleitoral. Normal da vida.

E, portanto, decidimos que volvida essa fase, nós fecharíamos este processo. Foi uma decisão política discutível, mas foi uma decisão que nós tomámos.

Dar nota e a Cláudia falou disto. A Cláudia acha que deve ter mais árvores e mais espaço verde. Eu também acho. Até vos queria dizer o seguinte. Esta ideia escolhida ou qualquer uma das sete não escolhidas, não tem as ideias do presidente. As minhas ideias já foram entregues ao Arquitecto já não já não me lembro se na segunda ou terceira reunião que tive com ele. E duas delas são estas. É preciso mais espaço verde e é preciso ter mais árvores.

Já dei o exemplo público de uma discordância que tenho com o Arquitecto. O Arquitecto acha que as árvores devem ser de folha caduca, que não deve haver folhas no Rossio no Outono/Inverno para poder haver mais sol. E eu acho que é mais aconselhável que árvores de folha perene, de folha permanente, porque o ensoleiramento do Rossio não é exatamente um problema (ouvem-se vozes discordantes).

Eu peço imensa desculpa, mas isto não é para fazer assim. Ouvi-os em absoluto silêncio...

Presidente da Mesa.

"Peço desculpa Senhor Presidente, só para clarificar «salvo os casos (eu estou a ler) previstos nos números anteriores (que foram as intervenções efetuadas) a nenhum cidadão é permitido sob qualquer pretexto intrometer-se nas discussões, aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas as votações feitas e as deliberações tomadas.»

Este preceito não é sequer do regimento da Assembleia Municipal de Aveiro. É um preceito que está na Lei. E, portanto, chamo atenção mais uma vez e reforço que isto é um preceito da Lei do país. Peço desculpa Senhor Presidente, pode retomar a sua intervenção."

Presidente da Câmara

Uma outra questão que a Cláudia falou e julgo que mais alguém, tem a ver com a questão dos fluxos viários. Um dos estudos que é preciso fazer neste processo, há três estudos principais. O estudo geotécnico, nós temos de saber que solo temos ali para sabermos a capacidade de carga do solo. Se ele aguenta um Parque ou não aguenta. Não componente técnica e na componente financeira. Porque se a zona de assentamento de estacas estiver à mesma profundidade que a da ponte de São João, está 35 metros. E com 35 metros é viável tecnicamente e é viável financeiramente o investimento.

Mas se, por exemplo, estiver ao dobro ainda é viável tecnicamente, porque fazem estacas com 70 metros sem problema nenhum, mas perde a possibilidade de ser sustentável financeiramente.

Portanto, essa componente do estudo geológico, irão lá ver umas maquetas precisamente para conhecer o solo e é para nós sabemos que solo é que temos ali. Dois, e foi a Sónia da ADERAV que falou disso "Arqueologia". Nós achamos que lá podem existir restos da ruína da Igreja de São João. Achamos, mas ninguém tem a certeza de nada. Nem hoje nem antigamente, especialmente antigamente, não se fazem demolições totais, removendo os alicerces, portanto pressupomos que lá devem estar os alicerces, mas não temos a certeza. Há dias alguém me perguntava Ó Senhor Presidente e lá não pode aparecer uma Caravela e ser um achado arqueológico de grande relevância? Claro que pode. E eu disse, por mim ficava muito feliz que isso acontecesse. E por isso vai haver um estudo, e estamos a falar de estudos integrados em projecto, que é um estudo arqueológico. De prospeção arqueológica. Que vai exatamente procurar referenciar achados arqueológicos que lá existam, em fase de estudo, havendo depois a obrigatoriedade em fase de obra, fazer acompanhamento arqueológico.

Terceiro estudo. O estudo de tráfego e da procura de estacionamento, assim chamado tecnicamente, que é um estudo que vai estudar com enfim, lógica técnica, aquilo que são

as necessidades ao nível da circulação viária e aquilo que são as necessidades ao nível do estacionamento.

Nós apontámos na ideia base, substituir os 90 lugares de estacionamento à superfície que temos hoje, com 300 lugares em cave. Acabando totalmente com o estacionamento à superfície. Portanto há um ganho de 210. Estes números são números da ideia base que é preciso agora estudá-los com profundidade.

E este estudo é feito agregado a um outro que é o da mobilidade. Não tanto só do Rossio, mas do bairro da Beira-Mar, que obviamente se alimenta em termos rodoviários disso.

Para exemplificar. Vamos manter a estrutura desta zona da cidade como está hoje? Com entrada e saída pela Ponte Praça e com entrada e saída pela Ponte São João e a circulação nos dois sentidos? Vamos manter isto assim? Vamos ter entrada num dos lados e saída do outro com apenas um sentido? Será essa a melhor opção?

Ou vamos, como já há cidadãos que o escreveram, vamos acabar com a entrada e saída na Ponte Praça e ficar a entrada e saída apenas pela Ponte de São João.

São três hipóteses. O estudo entre outras questões vai aprofundar isto para aprofundarmos esta reflexão e para tomarmos a melhor decisão possível em relação aos fluxos viários e em relação ao estacionamento.

Há uma frente que nós queremos ter ganhos objectivos. E que a ideia base aponta para um ganho de 5 vezes em relação àquilo que temos hoje, que são as áreas de passeios contíguas à fachada urbana. Como vocês sabem e como todos nós sabemos, temos passeios na João Mendonça, especialmente na João Mendonça e na rua João Afonso de Aveiro, muito curtos. Na João Afonso não chegam a um metro, na João Mendonça de metro e pouco. Isto são passeios maus.

A nossa ideia é que aumenta em 5 vezes a área do passeio agregado às fachadas é exactamente esta. Queremos ter passeios do género dos que estão entre o armazém da alfândega e o Augusto, que são passeios de 5 a 6 metros, onde ficam zonas para ter uma boa esplanada e zonas francas para se circular a pé.

É esta bordagem que queremos no que respeita à fachada urbana, obviamente dando áreas ao peão na frente Ria, que é outra zona onde temos que ganhar espaço para o peão.

Vejam que do lado do Canal Central nós temos árvores implantadas a uma distância de um metro do muro, que não faz qualquer sentido. Nós queremos lá árvores com certeza que sim, mas elas não podem estar a um metro do Canal porque esse é o canal do passeio do peão. E as árvores são boas e queremos lá muitas, mas queremos-las no sítio certo e aquelas estão no sítio errado.

Garantir ao Rocha de Almeida e garantir a todos que estamos empenhados em ter boas decisões. Aqui e em todo lado. E as boas decisões são as decisões que nós vamos corrigindo com as vossas ideias. São ideias que vamos ouvindo, mas obviamente terão consciência de que ouvimos ideias completamente diferentes. Também já ouvi cidadãos que concordam em absoluto com a ideia base e deve ser assim que se vai para à frente. Eu não acho, mas há cidadãos que acham isso e é respeitável.

E portanto, procuramos no crescimento do processo da ideia-base do estudo prévio, do estudo prévio para projeto de execução, chegar ao fim com uma boa solução. Que mantenha aquele equilíbrio de termos uma praça urbana com elevada qualidade, que tenha espaço verde. E deixar aqui claras duas ou três coisas, tenho ouvido coisas inacreditáveis. Ninguém vai mudar a estátua de João Afonso de Aveiro de sítio!?

Ela pode mudar um metro ou dois para a frente ou para trás, agora já ouvi dizer que a devimos levar para sítios inacreditáveis. Não vale a pena inventar questões. Isso é que não vale a pena de todo. Outra é dizer que a câmara é contra a haver um parque infantil! Não faz sentido nenhum. Nós queremos é um excelente parque infantil no Rossio, porque o que existe é um parque razoável. E já fomos nós que o refizemos de novo.

Estou à vontade para o dizer. Mas nós no Rossio queremos um parque infantil muito bom. Não vale pena andarem a dizer que a Câmara é contra as criancinhas.

A questão Patrimonial. A Alice Tavares falou e a Sónia também. Uma das notas importantíssimas é a nota da valorização patrimonial. Mas isto é óbvio. E não é o turismo que estraga o património — era o que mais faltava. Nós tivemos recentemente ali a perturbar a circulação pedonal, porque tivemos tratar das infiltrações de água na Casa Major Pessoa e no Museu da Cidade, que entrava água por tudo quanto era lado. Não foi o Turismo. Foi o desmazelo da Câmara que causou dano grave aos edifícios e ao espólio que lá estava dentro. E ainda não acabou a obra. Vão lá ver um dia desta na Casa Major Pessoa, mais um andaime para a segunda fase da obra, agora que já não entra água vamos tratar do interior. Portanto a valorização do património e a preservação do património, de forma a dá-lo de forma mais aberta a toda a gente é um objectivo absolutamente central, que este nosso projecto tem.

E Sónia lá iremos à escolha dos materiais! Ainda não está escolhido qualquer material. A estória de que é saibro. É saibro o quê? Uns olham para aquilo e dizem que é saibro. Outros olham para aquilo e parece lajeta. Outros olham e dizem que parece placas prensadas como as que estão no Terreiro do Paço. Estamos longe da escolha de materiais nesta fase. Não estamos objectivamente nessa fase. Havemos de estar e estaremos com certeza. Mas lá iremos. Queremos saibro solto à moda antiga da feira de março? Não me parece. Queremos placas? Há mil tipos de placas.

Há zonas de espaço verde que pode estar sobre a placa do Parque subterrâneo? Sim, queremos.

E uma última nota para a questão da bicicleta. E dizer que a Ciclaveiro tem sido muito útil e muito ativa em vários trabalhos que já partilhou connosco. Em horas e horas que já tivemos assim como com o David Iguaz que já tivemos mais de duas horas de reunião. A última foi no dia 1 de junho. E portanto dizer que este é um processo ativo em que nós queremos encontrar equilíbrios entre a presença da bicicleta e a presença do automóvel. Nós não queremos expulsar o automóvel da Cidade. Não queremos mesmo. Os nossos cidadãos querem o automóvel. Apenas queremos encontrar um melhor equilíbrio do que aquele que temos hoje, e achamos que é preciso qualificar o espaço e organizá-lo melhor. Ao Senhor Augusto dizer-lhe aquilo que já me ouviu tantas vezes. Porque a sua intervenção foi talvez a primeira vez para muitas pessoas, mas por mim já foi a sétima ou a oitava!?

Portanto Senhor Augusto, dizer-lhe que temos uma discordância. O Monumento que lá havia foi destruído. O que fizemos foi uma réplica. Escolhemos o mesmo artista. Foi o Jorge Trindade que projetou aquela réplica. É um acto sério, mas não é a repetição ou a reconstrução do outro monumento. Até porque como sabe ele foi feito por entidades privadas, com outro tipo de objetivos, que nós hoje não temos.

Portanto honramos a história e estamos a preparar inclusivamente uma pequena brochura sobre o centenário do R10 que em termos promocionais lá vai ter um espaço para a descrição do monumento, para que se possa contar a história do monumento inicial e também da réplica, porque são coisas alusivas à mesma história mas objectivamente diferentes. Muito obrigado."

Concluídos nos termos regimentais os esclarecimentos do Período de Intervenção do Público, o Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação da Assembleia, um requerimento apresentado na Mesa para alteração da *Ordem-do-Dia*, subscrito pelo BE, PCP e PAN, para que o ponto 2 da Ordem -do-Dia, passasse para o primeiro lugar.

Colocado à votação foi o mesmo rejeitado por maioria.⁰²⁴

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Mesa deu início⁰²⁵ ao Período Regimental de Antes da *Ordem-do-Dia*, solicitando aos Grupos Municipais que indicassem quais os vogais que iam intervir neste ponto.

Presidente da Mesa⁰²⁶

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁷

"Obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos. Na Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2018, questionado pelo uso do Glifosato por parte da Câmara Municipal de Aveiro o Senhor Presidente da Câmara anunciou que, o stock deste herbicida tinha acabado. Todavia a sua aplicação continuou para além da data desse anúncio. Os avisos de prevenção para aplicação do químico montam na SAPEC, afixados na SUMA com uma antecedência nunca superior a 24 horas, considerando o primeiro dia de aplicação, indicam os dias 21,22,23,24,25,26,28,29,30 e 31 de Maio e finalmente ainda 1 e 16 de Junho! Os registos fotográficos foram obtidos no Bairro do Liceu, Praça do Peixe, 5 Bicas e Junto à Biblioteca Municipal..."

Presidente da Mesa:

"Senhor deputado, peço desculpa. Eu solicitava às pessoas que tencionam ausentar-se que o fizessem já, porque temos de ter respeito pela intervenção do Senhor deputado e francamente com o ruído não se consegue acompanhar a intervenção. Portanto vamos aguardar um bocadinho para que saísse quem assim o entenda. Muito obrigado."

Vogal Rui Alvarenga (PAN):

Obrigado Senhor Presidente. Recordamos que o Glifosato foi classificado como essencialmente cancerígeno pela organização mundial de saúde, através da agência internacional para o cancro. Sendo que cada embalagem deste produto esconde uma mistura de produtos químicos. Por conseguinte gostaríamos de perguntar ao executivo se tem conhecimento destas aplicações? Se sim até quando o vai permitir? E se não está, como vai proceder perante o comportamento da SUMA? E que alternativa a este químico pensa implementar no futuro? Obrigado."

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁸

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmos. Senhores Deputados. A habitação é um bem especial para a satisfação de uma necessidade absolutamente básica, portanto um bem socialmente estratégico, sendo que a sua produção tem lugar num sector económico, o sector imobiliário, em que, no quadro das políticas neoliberais e do capitalismo o que releva é o lucro na sua produção e venda e não o destino do bem, ou seja, o ser usado por quem necessita de habitação.

Daí, as crises de sobre produção, em simultâneo com a falta de habitação, com a existência de habitação sem condições, a par da existência de um imenso "stock" 700.000 fogos desertos e de um processo acelerado de gentrificação dos grandes centros urbanos, particularmente nas grandes áreas metropolitanas e mesmo nalgumas cidades de média dimensão – Braga, Coimbra, Aveiro, Setúbal, Faro - colocando a necessidade de uma forte intervenção do Estado, para que esta situação se inverta completamente.

Não podemos entretanto deixar de registar que, embora a ritmos claramente inferiores aos do período correspondente ao da génese, crescimento e rebentamento da primeira bolha imobiliária, de há pelo menos quatro anos a esta parte que a construção nova prossegue, mesmo em cima de um brutal stock de fogos devolutos prontos ou quase prontos a habitar, e de inúmeros edifícios a exigir reabilitação, embora a níveis muito mais baixos.

Ainda que cerca de 75% dos portugueses tenham habitação própria, a segunda taxa mais elevada da Europa coloca-se a necessidade do desenvolvimento de políticas que incentivem o arrendamento em condições de acessibilidade económica, assegurando a todos o direito a uma habitação condigna.

Não obstante as alterações ao regime de arrendamento urbano, ao regime de renda apoiada, ao alojamento local, e à situação em alguns bairros, a verdade é que para além de se terem revelado insuficientes, o problema de fundo mantém-se face à ausência de uma política de Estado coerente e à pressão exercida pela especulação imobiliária, que mantém o comando das opções, elevando as rendas a valores incomportáveis, e milhares de famílias, pessoas individualmente consideradas, o pequeno comércio e associações populares, que davam vida ao meio, a serem despejadas das suas habitações, e ou não encontrarem solução para o grave problema da habitação.

Coloca-se por isso, e independentemente de medidas legislativas mais de fundo, a urgência da revogação da Lei dos despejos, a introdução de novas alterações ao regime de renda apoiada, o relançamento de projectos de renda condicionada e a resolução de problemas prementes que afectam centenas de famílias.

É hoje publicamente reconhecido que o mercado habitacional, está cada vez mais dominado pelos interesses dos grandes promotores imobiliários que de facto, não estão no mercado imobiliário para resolver nenhum problema de habitação, mas bem ao contrário estão para obter mais-valias tão elevadas quanto possível.

Sabemos que historicamente a intervenção do Estado português no domínio do imobiliário e da habitação, mesmo se incluímos a chamada habitação social, para camadas economicamente carenciadas, tem sido muito reduzida.

Na realidade o Estado, cuja competência constitucional lhe está cometida no artigo 65º, tem tido apenas uma mera função de simples regulação e sempre a favor dos mais fortes, abdicando de uma intervenção mais sólida e consistente no domínio do mercado habitacional, designadamente do arrendamento, através da promoção de políticas públicas.

Hoje o direito universal constitucionalmente consagrado à habitação é o único que não tem uma lei de bases que o regule, apesar dos vários ensaios e tentativas que deram sempre em nada, ou melhor dizendo, deram sempre na opção por leis avulsas por parte do poder dominante de PS, PSD e CDS a favor do grande capital, conduzindo a um processo cujo resultado está à vista.

Os preços das casas, quer de compra, quer de arrendamento têm vindo a bater recordes. Milhares de pessoas, de pequenos comerciantes devido à Lei dos despejos de Assunção Cristas, vêem-se coagidos a abandonar as habitações, onde sempre viveram.

Viver numa casa com o mínimo de condições tornou-se assim num luxo.

Sem subestimar ou desvalorizar o esforço contido no conjunto de legislação produzida nesta nova fase da vida nacional, não podemos deixar de dela reter o sentido de atribuir ao Estado um papel secundário, insuficiente e reduzido, remetendo para as autarquias a pressão social de um direito universal e uma parte substancial de um problema estruturante, que é uma competência da Administração Central.

É neste enquadramento que o PCP defende:

A assunção de políticas de solos que contrariem a especulação imobiliária e as rendas fundiárias de rapina, actualmente obtidas pelo capital financeiro nas suas intervenções urbanísticas e de reabilitação urbana;

A afirmação do Estado como promotor imobiliário, nesta fase de excesso de habitação, essencialmente vocacionado para intervenções de reabilitação urbana do edificado, colocando ao serviço destes objectivos os Fundos de reabilitação existentes;

A garantia da mobilização do património habitacional público e de instituições de solidariedade social, para o mercado de arrendamento, nos regimes de renda apoiada ou condicionada;

A Institucionalização de regimes de arrendamento, livre, condicionado e apoiado que impeçam a precariedade contratual e especulação de preços actuais. É urgente que o Estado assuma um papel regulador, deixando de se “esconder” em meras intervenções de políticas fiscais;

A regulamentação do Alojamento Local;

A penalização, que pode ir até processo expropriatório das habitações injustificadamente devolutas e a sua colocação no mercado de arrendamento através de fundos imobiliários públicos;

A assunção pela Administração Central, através de Instituto Público Central, das políticas públicas de âmbito universal e não apenas local;

A assunção de que a questão da habitação só encontrará resposta no quadro de uma política social da habitação e não em soluções parcelares de políticas de habitação social. Ou seja, ao Estado incumbe intervir, inclusive como promotor e como proprietário, em todos os níveis da criação de solo urbano, da reabilitação do edificado e da oferta de habitação.

Está aqui a essência da política que defendemos no plano da habitação para dar resposta, no quadro da Constituição da República, aos problemas que enfrentam amplas classes e camadas do nosso povo."

Virgínia Matos (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[029](#)

Muito obrigada Sr. Presidente. Muito boa noite a todos e a todas, especialmente ao público aqui presente hoje. Saudar todos e todas que vieram até aqui esta noite para fazer ouvir a sua voz, num tema que é de todos os aveirenses e, cujas preocupações são partilhadas pelo Bloco de Esquerda.

Neste ponto antes da ordem do dia, o Bloco traz a este fórum um assunto que tem estado a debate na esfera pública: A carreira docente e a luta dos professores.

Muito tem sido dito ao longo dos últimos dias sobre as “exigências” dos professores, pois a nós parece-nos que exigir respeito é um direito de qualquer cidadão. Os docentes são o maior grupo profissional da administração Pública, são mais de 120 mil, mas são uma classe com uma capacidade de renovação próxima do zero. Quase metade têm mais de 50 anos de idade e só 0.3% têm menos de 30 anos. O retrato é fidedigno. Temos uma classe docente envelhecida e cansada, graças ao ataque patrocinado pela troika à educação pública, que o governo PSD/CDS executou com extrema dedicação.

Mas foi esta classe envelhecida que absorveu o impacto desse ataque e permitiu à escola pública resistir e que hoje exige respeito pela sua carreira.

Durante muitos anos os professores receberam salários abaixo dos restantes trabalhadores do estado. Só a partir de 1986 passaram a estar equiparados aos restantes licenciados da função pública e só desde 1989/1990 passaram a ter uma carreira solidificada no Estatuto de Carreira Docente.

A estrutura da carreira docente é parecida com a dos restantes funcionários público, tendo 10 escalões da base ao topo que variam entre os 1.100 euros e os 1.990 euros. Nenhum professor ganha mais do que qualquer outro técnico superior no topo da carreira e todos os professores viram as suas carreiras congeladas durante quase 10 anos.

No entanto, ao contrário das carreiras gerais, o governo recusa-se a reconstruir a carreira docente contando o tempo congelado. É injusto não reconhecer a todos o mesmo direito a recuperar o tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira. É mais injusto ainda, sustentar um discurso sobre “privilégios” inexistentes e falsos mitos para ganhar a opinião pública.

Ao contrário do que se diz, a progressão na carreira docente não é automática. Se fosse, um professor demoraria 34 anos a chegar ao topo da carreira. Com as perdas de serviço, poderia demorar 48 anos, isso significa que só lá chegaria depois de já estar reformado. Com o congelamento dos últimos 10 anos há professores com 20 anos de serviço a ganhar praticamente o mesmo que jovens acabados de ingressar na carreira docente.

Também não aceitamos o argumento de que o país não pode pagar. Compreendemos que há um impacto orçamental significativo, são mais de 120 mil trabalhadores. Mas a proposta dos sindicatos é de fasear a recuperação do tempo de serviço, não até 2019, como nas restantes carreiras, mas até 2023. Os professores não querem privilégios, querem respeito e a escola pública só sai a ganhar. Obrigada."

Vogal Rita Batista (BE)⁰³⁰

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³¹

"Muito o brigado Senhor Presidente. Saúdo a Câmara, os senhores vereadores, os senhores deputados e a nossa intervenção vai ser sobre assuntos locais.

Os clubes desportivos de Aveiro tiveram, aqueles que terminaram a época, tiveram um conjunto de resultados de relevo nas diversas modalidades. Em especial o Esgueira, mas também o Beira-Mar, o Galitos, Clube de Vôlei, Taboeira e, portanto, penso que isso é motivo de regozijo de todos os aveirenses, que o desporto em Aveiro continue além da formação que dá aos jovens, a obter resultados interessantes. E quem sabe, talvez por se ser retomado a redistribuição de apoios aos clubes isso tenha contribuído para que os clubes tenham uma vida financeira mais estável e portanto conseguir melhores resultados. Disse"

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)⁰³²

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰³³

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁴

"Senhor Presidente, muito obrigado. Bom, há aqui várias matérias entre aquilo que são domínios do PAOD e da Ordem do Dia — mas vou levar aqui um critério para responder. Rui Alvarenga. A proibição do Glifosato não está na lei. Aquilo que eu disse é aquilo que a Câmara fez. A Câmara não voltou a usar esse produto por opção política e não por qualquer imposição legal.

E hoje estamos ainda na mesma. Em Portugal e na União Europeia o Glifosato continua a ser permitido. Há indicadores, há preocupações, conhecemos-lhas. Mas as entidades em quem nós confiamos que cuidam da nossa saúde mantêm a mesma situação. Glifosato continua a ser de uso legal. Tomámos a decisão política de não usar, no entanto, outras entidades, a SUMA, as Juntas de Freguesia, outras Câmaras, usam se bem entender porque estamos no campo das opções políticas e não no campo do cumprimento da lei — a lei continua a permitir.

O Filipe falou de uma questão que é obviamente muito importante e que gostava de referenciar, uma sessão que aqui decorreu na passada segunda-feira, em que a Senhora Secretária de Estado da Habitação, que veio aqui apresentar algumas das componentes do novo programa de apoio à habitação em Portugal, que basicamente tem como peça,

digamos, principal, para responder às questões que o Filipe tratou, uma componente chamada "1º direito".

No fundo é um conjunto de boas intenções que tem um problema. Boas intenções no sentido de financiar e de induzir o aumento da oferta de habitação no mercado, dando primazia à reabilitação e secundarizando a construção nova, e facultando um instrumento financeiro que Primeiro-Ministro recentemente anunciou, com uma dotação de 700 milhões de euros para os próximos 5 anos, no Orçamento de Estado.

A grande preocupação nossa, dos autarcas, e o parecer da ANMP é exatamente aqui, é que o programa é muito interessante, tem muito boas intenções, mas não tem instrumento financeiro, não tem de todo. Obviamente deixamos um espaço de crédito ao Primeiro-Ministro, até apresentar a proposta de Orçamento de Estado para 2019 para saber se a primeira parte dos 700 milhões lá vai estar ou não.

Questão um, questão dois, é saber como se faz o acesso aos instrumentos financeiros, nomeadamente do Orçamento de Estado. Há uma outra nota que é a dos instrumentos financeiros tipo empréstimo, mas sempre lembro que a nossa câmara municipal está em recuperação financeira, tem a sua capacidade de endividamento absolutamente esgotada, e não pode aceder a empréstimos complementares àquilo que acedeu. No entanto, aquilo que se espera, é que o programa tenha mecanismos de apoio, chamemos-lhe com as devidas aspás a fundo perdido, para a nossa câmara poder aceder — embora sabemos bem que a filosofia é, aliás como foi o grande boom de construção de habitação social no final da década de 70 e na década de 80, que era feito por empréstimos de muito longo prazo e com taxas de juro praticamente zero. Foi assim que se fez muita, muita, habitação social, por esse país fora, incluindo por Aveiro. Hoje se for esse o único mecanismo o nosso município sem uma alteração à lei, que crie uma exceção e que nos permita ir, nós estamos proibidos de ir. Portanto temos uma esperança positiva, porque as intenções do programa são boas, mas, obviamente, nestas coisas e nós temos problemas para resolver, sabemos bem, temos problemas resolver no nosso município, as boas intenções não chegam. São precisos instrumentos financeiros, capazes e competentes, para resolver os problemas que temos para resolver.

Sobre a nova Lei das Finanças Locais, que tem a ver com o que fazer com o IMI. A lei do Orçamento de Estado, como disse e bem, permite que nós possamos encontrar um outro valor para o IMI, que não o anterior que era patamar máximo, para termos o nosso IMI.

E, portanto, isso é meridiana verdade e, portanto, por aí temos essa condição cumprida.

Segunda condição a Câmara tem que demonstrar capacidade financeira para o fazer, para perder uma parte da sua receita.

E sempre lembro número, por cada 0.05 de IMI que nós reduzimos, perdemos 2 milhões de euros, contas redondas.

A lógica é que nós possamos demonstrar que temos a situação financeira capaz de ter essa perda de receita. Como é que isto funciona? Funciona com o 4º relatório do nosso programa, que é um relatório que fecha o ano 2017, que foi ontem aprovado pela Comissão de Acompanhamento do Fundo.

Estaremos por estes dias a receber oficialmente a aprovação do relatório. Com a aprovação do relatório, para além de se libertar a tranche que nos permite pagar mais uma parte da dívida, há o fecho formal do ano 2017. Já apresentámos as Contas e vamos fechá-la nesta assembleia com a Conta Consolidada e falta (faltava) a aprovação do 4º relatório de avaliação do programa.

Essas três peças irão dizer com clareza que a Câmara de Aveiro tem capacidade financeira para perder essa receita. Com essas 3 peças formalmente aprovadas, nós vamos (nós Câmara) vamos oficiar a Direção do Fundo, a apresentar formalmente o pedido de abertura do processo de revisão que, obviamente, já está completamente negociado, já tivemos várias reuniões de trabalho para tratar disso. Com essa aprovação

formal a Direção do Fundo vai dizer sim senhor, a Câmara reúne as condições está aberto o processo de revisão. E nós temos de 90 dias para apresentar a nossa proposta de revisão. Não vamos usar os 90 dias, vamos usar 30 dias e, obviamente, os parâmetros base da revisão estão também eles próprios acordados entre nós e o Fundo.

Porquê 30 dias? Porque depois em 30 dias, o Fundo aprova a nossa revisão. Nessa proposta de revisão entre outras coisas está a perda de receita que queremos propor, que é passar do IMI de 0.45 para 0.4% o que quer dizer uma perda de 2 milhões de euros.

O que é que vamos fazer a seguir? Vamos enviar, obrigatório por lei, a proposta de Orçamento de 2019, que vai ser, digamos, a prova dos nove para a revisão.

Na revisão dir-nos-ão que sim, que está aprovada a vossa revisão, para que no Plano e Orçamento de 2019 colocaremos lá a nova receita que advém do IMI de 0.4 e é assim que cá virá a Câmara e a Assembleia Municipal, desde que o Fundo, como sabem, der parecer positivo ao nosso Plano e Orçamento. Vai com o pacote fiscal, que como sabem temos essa prática, vem a proposta de Plano e Orçamento e pacote fiscal e, portanto, é nossa fundada esperança, fundada mesmo, e isso é o reconhecimento da boa condição financeira da Câmara e da recuperação que conseguimos concretizar, que vamos ter vencimento nessa proposta que tem o cronograma que acabei de lhe referenciar.

Na nova Lei de Finanças locais, infelizmente, nada se diz objetivamente sobre o novo regime de recuperação financeira de câmaras. Diz uma coisa genérica de que vai haver um novo regime, mais nada, fica por aqui. Conclusão não vamos ter novo regime nenhum. Ainda por cima este regime que temos é um regime definido por lei e, portanto, ele só pode ser substituído por uma outra lei. E o processo de produção de uma lei em Portugal tem a lentidão que todos temos boa consciência. Portanto, uma das más notícias da proposta de Orçamento de Estado e esta, de que vai haver um novo regime de FAM e mais nada, não se sabe mais nada. E, portanto, ANMP reivindicou objetividade no regime, porque nós achamos que o regime FAM é um bom regime, tem sido útil às câmaras, mas é um regime muito exigente e defendemos aligeirar um conjunto de passos. Mas nesta fase nada.

E em relação a outros componentes Manuel Prior. A má notícia foi que, a proposta de lei que o Governo aprovou em Conselho de Ministros e mandou para o Parlamento, foi agora discutida, faz hoje oito dias, e que baixou à Comissão sem votação, tem como má notícia um conjunto de recuos do Governo em relação à sua primeira proposta que apresentou à ANMP nos últimos dias de Novembro de 2017. Nomeadamente em matérias de grande esperança em que demos um grande elogio à proposta do Governo inicial.

Primeiro criação de uma nova receita de IVA para os municípios. E tínhamos uma referência de que essa receita podia ter uma ambiência na casa dos 300 milhões de euros. Neste momento o que está na proposta de lei que o Governo mandou para a Assembleia da República, sem fechar a negociação com a ANMP, o que está lá é que mantém-se a ideia do IVA, mas é reduzida a sua área de incidência, a meia dúzia de tipologias de IVA e com uma progressão de transferência em 3 anos.

Passámos para um IVA previsto, previsional, nesta nova tipologia de tributação na casa dos 80 milhões de euros a transferir gradualmente, do primeiro para o terceiro ano.

A segunda má notícia que também defraudou depois da boa notícia das propostas iniciais, O IMI pago por todos os imóveis do Estado onde não funcionassem órgão de soberania. E essa receita queria dizer 200 milhões de euros para os municípios. Essa era uma velha aspiração dos municípios é uma velha reivindicação junto de todos os Governos. A má notícia é que na versão final, naturalmente que o Governo também continua a trabalhar connosco no processo até que o Parlamento aprove aquilo que passar a ser a lei. A má notícia é que o Governo reduz a incidência deste IMI nos imóveis do Estado que estejam devolutos. O que quer dizer num número grosseiro, porque não há esse número consolidado, que a perspectiva que se tem é que esse número não andaré num eixo entre os 30 e os 40 milhões.

Além de outras questões e não vou estar aqui a cansar, responsabilidades dos autarcas e outros aspetos em que há más notícias na última proposta.

Portanto, dizer que da primeira proposta para esta há de facto um retrocesso que a ANMP lamenta. Mas, obviamente, continuamos na mesa das negociações com o Governo. É uma proposta de lei, o Governo trabalha no processo até ao fim e obviamente que o Parlamento (eu próprio já participei na primeira audição parlamentar sobre esta proposta de lei) e obviamente trabalharemos com toda a dedicação até ao fim do processo.

A última questão. A ligação Aveiro/Salamanca. Bem, esta é de facto a notícia maias inacreditável dos últimos tempos.

Ponto um. O governo vinha usando uma falácia linguística, para dizer que já não havia Aveiro/Salamanca!? E essa falácia era falar da ligação ferroviária Aveiro/Salamanca, mas que na verdade não é. Porque quando nós falamos de Aveiro/Salamanca, estamos a falar de um corredor de novo, em bitola europeia, que vai de Aveiro, passa a norte de Viseu, assume o traçado da linha da Beira Alta até perto da Guarda, e na Guarda salta outra vez para norte da Guarda, para depois ir entrar também a norte de Salamanca.

Este era o corredor novo. Usa uma parte do corredor existente da Linha da Beira Alta. O problema é que o Governo não quer fazer isto!?

Agora quando fala no Aveiro/Salamanca é o troço da Linha do Norte entre Aveiro e a Pampilhosa, e depois toda a linha da Beira Alta até Vilar Formoso.

Dizer-vos que isso não interessa. Essa linha não é competitiva, não interessa às empresas exportadoras do Centro e Norte do país, que são responsáveis por 70% da exportação. Não faz sentido. Há um protesto enorme das Câmaras envolvidas e das Associações Empresariais. E onde é que vem a verdade onde finalmente ficámos a saber. A verdade vem no Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território. Que é para nós a surpresa chocante porque esse corredor está definido no próprio programa de investimentos do país, está definido no programa ferrovia 2020 (não como prioritário, mas está lá definido). Foi candidatado pelo próprio Governo ao programa da Comissão Europeia dos Transportes, que se chama Connecting Europe Facility, em terceiro nível de prioridade, e de repente desapareceu!? Aliás é tão ridículo que há dias o meu colega Presidente da Câmara de Coimbra falava na ligação Aveiro/Figueira da Foz/Salamanca. Porque, de facto, andam a brincar com coisas sérias. E a má notícia do PNPOT é esta chocante notícia. O Governo acabou com a ligação Aveiro/Salamanca.

Esta é a objetiva verdade. E a notícia inacreditável e inadmissível que está no PNPOT, que ainda não acabou. O PNPOT foi apresentado, foi feito, fechou agora no passado dia quinze o inquérito público, e obviamente pode mudar. E o nosso trabalho deve ser exactamente esse: é lutar, sensibilizar, pressionar, para que a definição definitiva do programa possa ter aquilo que nós achamos que é bom para o País e depois para Aveiro.

Portanto é neste ponto que estamos. Acabou a discussão pública agora obviamente há o tratamento de todas as participações e sabemos, pelo menos da nossa região bastantes, e nós também fizemos a nossa, como não podia deixar de ser, em defesa desta ligação ferroviária; em defesa da Ria de Aveiro, não exatamente porque ela está atacada no PNPOT (porque não), mas está absolutamente omissa. E nós entendemos que quando os valores ambientais e os valores do território (está lá bem assumido no PNPOT nos princípios), tinha que haver um lugar para a Ria de Aveiro, porque ela é património e um ecossistema único à escala nacional e à escala europeia. E o PNPOT passa-lhe em branco completamente. Portanto são as duas questões principais, mas, obviamente a primeira tem aqui um peso muito importante.

Iremos agora ter um conjunto de ações políticas, de fóruns, de interações, para que o Governo, obviamente é quem lidera o processo, para se corrigir este erro inadmissível.

O Governo tem a sua opção política, que obviamente é respeitável. Deu prioridade à requalificação da linha da Beira Interior, está em fase de concurso de obra. Acabando a

linha da Beira Interior, suspende a atividade na linha da Beira Alta, para qualificar a Beira Alta. E depois em terceira prioridade o Aveiro/Salamanca pela Pampilhosa. É isto que está nas opções do Governo e na candidatura do Governo fez Connecting Europe Facility.

Como é que o mesmo Governo acaba com a sua terceira opção não sabemos. É a única que interessa à competitividade das empresas portuguesas que são exportadoras para a Europa. O que está aqui em causa é obviamente a exportação para o continente europeu.

Enfim, é este o quadro que temos hoje em cima da nossa mesa. E obviamente é este o trabalho que vamos fazer com grande intensidade.

Já o fizemos bastante, mas pronto, a luta continua o Governo é sempre quem tem decisão final e nós respeitaremos isso. Mas entendemos que é um erro gravemente lesivo de Portugal, mais do que de Aveiro como é evidente (também é de Aveiro), mas é um erro grave lesivo dos interesses de Portugal, nomeadamente das nossas empresas privadas exportadoras, que maioritariamente estão no Centro e no Norte do nosso país.

Portanto, este processo tem seguramente muito trabalho pela frente, nós cá estaremos a fazer a nossa parte. Muito obrigado."

Ponto 1 – Informação sobre a Atividade Municipal de 02ABR18 a 18JUN18.

(O texto da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo).

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰³⁵ para fazer a apresentação da Informação Escrita da Atividade Municipal.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁶

"Obrigado Senhor Presidente. Serei sumário para obviamente estar dispor para ouvir os deputados da Assembleia e de responder às questões que entendam por bem.

Gostava de apresentar duas ou três questões. A primeira que é exatamente aquela que escolhemos para ser a informação da Atividade Municipal, tem a ver com esta complexa operação da Habitação Social. O fazer a aplicação da nova lei, do novo regulamento, o fazer um conjunto de obras que permitiram dar habitação nova a 42 famílias; realojar famílias que estavam a viver em fogos de tipologia desajustada à dimensão de cada uma das famílias; fazer todo o trabalho de atualização de todas as rendas. Foi de facto um trabalho muito profundo, muito complexo, exigente em tempo como é evidente. E quero deixar aqui a nota da elevada importância deste trabalho. Que o fizemos sempre, aliás, no seguimento trabalho feito no mandato anterior, este trabalho foi iniciado no mandato anterior, com um contributo importante da vereadora Raquel Madureira, e agora desenvolvido em todos os seus muitos pormenores e finalizado com contributos da vereadora Rita Carvalho. E deixo aqui nota da sua ausência hoje, porque sofreu um acidente que impede de estar aqui connosco e só por isso. Porque além do mais, além da sua opção e a obrigação de estar aqui tem também esta esta peça que tem muito do seu trabalho, que é esta operação da habitação social. E, portanto, queria destacar todo o nosso trabalho deste período de tempo, esta mega operação com múltiplas frentes. Que devo dizer-vos que tem corrido muito bem. Quer naquilo que são as notícias mais fáceis de dar, como atribuir uma casa alguém, quer aquelas que são mais difíceis de dar que é não atribuir a quem não chegou lá nos critérios do concurso, mas pronto. As operações de gestão política são feitas com as notícias boas e as más. Mas a lógica que interessa é que são feitas com bons princípios, com qualidade, com rigor, com tratamento justo e equitativo para toda a gente — e prossegue, obviamente, o investimento nesta área. Estamos com visto no Tribunal de Contas, da operação de 1,5 milhões de euros para

qualificar os doze blocos no Bairro de Santiago; estamos com uma operação para seguir para Visto do Tribunal de Contas de reabilitação de mais oito blocos no bairro de Santiago de Santiago também. E estamos a trabalhar com IHRU agora, finalmente, já em trabalho de equipa, e também da reunião importante na passada segunda-feira com a própria Secretária de Estado e com um dos administradores do IHRU, para que os bairros do Caião e do Griné, façam e executem o dinheiro que nós conquistámos em sede de PEDUCA para as operações de qualificação dos bairros do Caião e do Griné, que como sabemos são maioritariamente bairros titulados pelo IHRU, ao contrário de Santiago que é um bairro maioritariamente titulado pela nossa Câmara Municipal.

E, portanto, queria destacar claramente, de forma muito enfática, este trabalho e toda esta operação da habitação social, num quadro em que estamos de muito investimento, de desenvolvimento de muitos projetos, nos quatro cantos do município. E gostava aqui de falar de dois que foram também aqui muito discutidos. Tem a ver com a requalificação da Rua Direita de Verba, onde vamos instalar além do mais rede de águas pluviais e rede de gás natural que está acordado com a GALP Energia

E agregada à obra de requalificação da rua Direita de Verba, vamos também, temos terminado já o projeto de execução, para qualificar a rua que foi destruída pelas obras de ampliação da Ria Blades e que foi aqui muito discutida aqui mesmo na nossa Assembleia. Está fechado o projeto, está pronto o projeto, estamos neste momento a ultimar o protocolo entre as duas entidades, para fazer a definição formal das partes que cada uma vai pagar e temos isso acordado e lançamos o respetivo concurso para se executar a qualificação daquela via, que como sabeis, cruza com a rua direita de Verba na zona onde exatamente começa o município de Aveiro, na sua delimitação próxima da porta da Ria Blades com o município de Vagos.

E, portanto, queria destacar estas duas operações pela complexidade técnica que que elas têm, pela exposição que tiveram nomeadamente esta segunda que acabei de referenciar, mas num quadro de muitas outras operações, de desenvolvimento de projectos, de lançamento de candidaturas, referenciando que hoje mesmo lançámos pela segunda vez o concurso para a obra de reabilitação do edifício Fernando Távora. O primeiro ficou em branco. Lançamos por 1,5 milhões, não tivemos candidatos, auscultado o mercado e feitas um conjunto vasto de diligências, lançámos hoje o procedimento por 1,8 milhões.

E também a Ponte do Laço, tínhamos também lançado procedimento por 150 mil euros para reabilitação, A Ponte do Laço está numa situação ainda não crítica em termos estruturais, como estava a Ponte São João que tivemos que demolir, mas já a entrar numa situação de gravidade que exige uma intervenção urgente.

Apenas o concurso ficou também deserto e também hoje abrimos novo concurso por 250 mil euros. Tivemos que aumentar substancialmente porque toda a área que envolve ferro soldadura os preços de mercado dispararam muito nos últimos meses e, portanto, precisamos de um empreiteiro para fazer obra que a Câmara não tem capacidade para a fazer e lançamos também hoje essa operação.

Portanto é um caso vasto de intervenções por todo o município, em várias fases, está a terminar a obra da Jaime Magalhães Lima, ou a da obra da João Afonso de Aveiro, e portanto queria deixar nota destas componentes, sabendo obviamente que a informação refere muitas outras, e obviamente estarei ao dispor para falar destas referidas e de outras que não as tendo referido, os caros colegas entendam como relevantes. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁸

"Muito obrigado Senhor Presidente. Sobre o ponto relativo aos animais de companhia o PAN congratula-se pela realização da reunião entre o executivo municipal, as entidades

parceiras e grupos de cidadãos que têm desenvolvido trabalho nesta área. Reconhecendo que este estímulo à convergência é de capital importância para a resolução deste problema como o PAN fez questão de dizer desde o primeiro dia deste mandato. Por isso é nossa obrigação cumprimentar o executivo por esta diligência, saudação extensiva a todos o que nela participaram.

Concordamos com a generalidade das iniciativas, mas consideramos que não têm o mesmo nível de prioridade e de importância. Julgamos que os Parques Caninos podem esperar. E que a ação mais urgente é a campanha de esterilização dos animais de rua, mais susceptíveis de se reproduzirem.

Alertamos para a aproximação do Verão. Período mais problemático em relação aos abandonos, pois apesar do anúncio positivo destas iniciativas começamos tarde. E a verdade é que ao dia de hoje nada ainda foi feito, continuando os animais a serem alvo dos mais variados actos violência e extermínio, que temos assistido nos últimos meses, que tanto nos envergonham.

Gostaríamos de aproveitar esta oportunidade para recolher do executivo uma melhor concretização, por exemplo sobre a ação de sensibilização intitulada esterilização dos animais abandonados. Pois a mesma não revela a que público alvo se dirige.

E sobre os cheques para os animais errantes capturados, não clarifica quem operacionalizará esses cheques, para que tipo de intervenção veterinária servirão e qual o destino desses animais.

Também gostaríamos de conhecer as ideias apresentadas pelos parceiros e grupos de cidadãos que mereceram o acolhimento do executivo. E qual a lógica da actuação da Câmara e o que considera prioritário. Ou seja, por onde vai começar e qual o plano cronológico para a implementação de todas estas medidas. Obrigado."

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰³⁹

Vogal Virgínia Matos (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁰

"Muito obrigada Senhor Presidente. Neste ponto o Bloco de Esquerda gostaria de focar alguns temas que nos parecem de maior relevância.

Em primeiro lugar, gostaria de abordar o tema da habitação social, particularmente na questão da actualização das rendas.

Na comunicação, o Sr. Presidente afirma que a Câmara vai assumir 250 mil euros de dívidas de renda antigas e vai estabelecer um plano para liquidação de rendas em atraso de atuais moradores.

Se a Câmara reconhece que há muitos agregados com dificuldade em pagar a renda da sua habitação, não conseguimos perceber o porquê de terem estabelecido o limite mínimo em cerca 5% do valor do IAS, quando a lei permite que o valor mínimo seja de 1%.

O estabelecimento da renda da habitação social é feito com base nos rendimentos do agregado familiar, como faz todo sentido que seja, no entanto ao estabelecer este limite mínimo em 5% vai afectar essencialmente aqueles cujos rendimentos são mesmo muito baixos, tendo que assumir uma taxa de esforço muito elevada.

Aliás, a própria Câmara Municipal antecipa a possibilidade de haver agregados que não poderão pagar as suas rendas, dizendo que estão a adaptar o regulamento do fundo de apoio às famílias para poder apoiar as situações criada por este aumento do mínimo.

Isto parece-nos um contra-senso, aumentar a renda mínima, sabendo que vai criar dificuldades no pagamento das rendas, para depois se recorrer a um fundo discricionário para resolver o problema.

Posto isto o Bloco de Esquerda gostaria de saber se a Câmara Municipal está disponível para estabelecer o limite mínimo da renda de habitação social, no mínimo permitido por lei, que é 1% do valor do IAS.

Em relação à reabilitação das habitações sociais, a camara finalizou o processo de entrega de 42 dos 56 fogos recuperados, com um investimento de 350 mil euros. Este baixo valor mostra que há muito se podia ter resolvido esta situação e não se teria desperdiçado cerca 10% da habitação social, desocupada durante anos por degradação dos fogos.

O bloco acredita que se deve continuar a apostar na recuperação dos fogos e na criação de mais habitação social. A política de habitação social deve ser progressiva e, tendo em conta que a habitação social continua a não corresponder às necessidades da nossa população, é necessário a criação de políticas que vão ao encontro da supressão dessas necessidades.

Em relação ao projecto de reestruturação da Avenida do Dr. Lourenço Peixinho e, tendo em conta a fase em que o projecto se encontra, pensamos ser a altura ideal para que o projeto seja apresentado em público, de forma a que quem o deseje possa expressar a sua opinião.

No comunicado, o Sr. Presidente informa que a CMA apoiou um workshop sobre os desafios do alojamento local. Sobre esta questão o Bloco de Esquerda enviou uma pergunta à Assembleia Municipal para ser reencaminhada à Câmara sobre este tema.

Por último, gostaríamos de referir uma “escultura” que a coca-cola ofereceu à Cidade!?! A dita escultura, que está perto do bairro de Santiago, para além de ter o formato muito conhecido da garrafa da marca, tem também o nome da mesma. Pelo que, gostos artísticos à parte, nos soa claramente a publicidade. Como tal, e tendo em conta que objectos de publicidade em espaço municipal está sujeito a taxas, gostaríamos de perguntar à Camara municipal se as mesmas estão a ser pagas pela marca. Obrigada"

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁴¹

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴²

"Muito obrigado Senhor Presidente. Temos um Relatório de Atividades municipal, mais uma vez mais bastante extenso, com muitas atividades. Nós destacamos a questão da habitação social nas suas diversas vertentes. O Senhor Presidente já falou no assunto, mas também a questão do perdão da dívida que a Câmara levou cabo num total de 250 mil euros. É uma ação importante para regularizar situações antigas. E esperemos que para futuro e, aliás, os últimos dados demonstram e também está referido no relatório que é uma situação que tem vindo a diminuir e, portanto, o grau de cumprimento, tende a ser cada vez maior. Obviamente que há situações inesperadas que podem levar a que famílias de um momento para o outro possam não cumprir, mas para isso a Câmara tem os mecanismos ao seu dispor para resolver essas situações.

Houve também muita atividade na área cultural neste período. Mas eu gostava de destacar algo que pessoalmente e julgo que aos meus colegas de bancada também não agradou ver. Falo do festival de cultura chinesa realizado no passado fim de semana, pelo Instituto Confúcio. Penso que a Câmara terá sido parceira neste evento. Não tenho nada contra festivais de outras nacionalidades, de outros povos, acho muito interessante que nós possamos ver a arte, a cultura, a gastronomia, etc. Agora o que eu não gostei de ver foram os nossos moliceiros "adragonados". Primeiro, porque não gosto de dragões (desculpe lá senhor Presidente), mas acho que, sendo o moliceiro o ex-libris de Aveiro e sendo diariamente fotografado por centenas de turistas e ao fim-de-semana muito mais, naquele sábado, houve certamente milhares de fotografias tiradas na nossa Ria, em que as pessoas levam para casa de fotografias de barcos que não são os nossos barcos. E, portanto, eu julgo que em eventos futuros, devíamos cuidar um bocadinho mais da imagem dos nossos barcos — já vasta quando andam com a proa para baixo (e disso os chineses têm culpa

nenhuma), mas eu julgo que é algo que devia ser cuidado pelos organizadores destes eventos.

Depois, eu tenho visto, não só em Aveiro, deve ser uma tendência nova, em determinadas urbanizações os passeios andam aos altos e baixos porque são rebaixados nos acessos às garagens. Isto para mim não faz sentido nenhum. Os carros conseguem subir o lancil. Agora os peões andarem aos altos e baixos acho que não faz qualquer sentido quer para os que andam a pé quer para os que andam em cadeira de rodas. Acho que é algo que não faz sentido e que devia ser proibido. Os carros têm motor, as bicicletas conseguem subir o lancil e, portanto, não faz qualquer sentido os passeios não serem planos.

Relativamente à questão dos animais de companhia e não conhecendo os detalhes da campanha que se vai iniciar, dizer que é lamentável continuar a ver os passeios sujos.

Falo das fezes dos animais mas também e principalmente da urina. As pessoas, algumas têm cuidado em recolher as fezes mas a urina não é recolhível. E os passeios há zonas em que estão sujos, nós andamos nos passeios, as crianças andam nos passeios, e isso deveria ser também alvo de uma mensagem aos proprietários dos animais para evitar estas situações.

Também a questão que se continua a ver nas nossas ruas, da alimentação que é deixada aos animais vadios. Eles têm fome, certamente, não tem donos, mas não parece que seja a solução deixar comida em qualquer sítio e aí dever haver também um esforço para atacar e recolher com frequência esses alimentos que são deixados na via pública."

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁴⁴

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰⁴⁵

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁶

"Boa noite a todos. São 11:25 horas, provavelmente esta Assembleia Municipal (e eu já fiz parte de alguns mandatos) foi aquela que foi mais falada que ia acontecer. Aquela que teve mais gente.

Ainda hoje, apesar de serem onze e meia, ainda temos a sala cheia e seguramente ainda com gente lá fora. E a resposta que nós eleitos demos aos cidadãos que vieram aqui falar dum problema concreto e estratégico para o município, foi não fazer a troca objetiva, de problemas que são interessantes, decisivos e importantes para o município, mas que não foi isso objetivamente que trouxe aqui as pessoas para falar.

E porque já sei que o Senhor Presidente vai fazer cingir-me ao tema da Comunicação Escrita, eu devo dizer o seguinte a todos vós e a todas as bancadas. Não é uma questão política!? Uma pessoa de esquerda não é contra o Rossio ou a favor. Ou nem é por ser de direita que é contra o Rossio ou favor. Está uma questão de Aveiro, estratégica, de quem é amigo, de quem gosta a cidade e de quem percebe que o espaço é um espaço que tem que ser vivido para todos. Eu estou a falar enquadrado na Comunicação Escrita, Senhor Presidente. A Comunicação Escrita também refere o Rossio.

Dir-me-á "vamos ter o ponto a seguir". Pois é, mas nós temos pouco tempo a posição terá muito mais para responder e, portanto, não queria deixar de gastar alguns minutos sobre isto.

E desengane-se. Desengane-se porque os aveirenses estão mesmo preocupados com estas questões estratégicas na sua terra. O que não deixa de ser surpreendente e uma razão para aplaudir. E desengane-se. A questão do Rossio é mau, é muito mau, mas o que vem aí com a Avenida é pior, se calhar. Com uma diferença, o Rossio ainda está no estudo do concurso de ideias que depois vai dar lugar ao estudo prévio, e a Avenida, diz a Comunicação Escrita do Senhor Presidente, já está na fase final de execução do estudo prévio!

E para que se saiba, o que está previsto para a Avenida é um alargamento dos passeios laterais para cerca de 5 metros. Sim, senhor. Depois colocação de duas linhas de árvores. Também, sim Senhor. Mas a redução do separador central da Avenida para um metro? Isto assim não é uma Avenida? Uma Avenida tem de ter um separador central com dignidade, como a Avenida sempre teve e faz parte da sua identidade. Pelo menos é a minha opinião concreta em relação a isso.

Mas prevê-se mais! Prevê-se a retirada dos semáforos, mas com a colocação de duas rotundas! Ó senhor Presidente, uma Avenida não tem rotundas — na minha perspectiva não tem.

E propõe-se ainda mais. Propõe-se uma construção de uma "Praça Avenida" — lá está a questão das praças que tanta falta fazem ao município. Para além da praça de saibro ainda vamos ter a "Praça Avenida" entre o Banco de Portugal e a Capitania — não sei que é que vai ser feito ao monumento ao Soldado desconhecido, seguramente não cabe ali num metro e também vai ser reduzido.

Em que, eventualmente, penso eu, até porque já tive oportunidade de o Senhor Presidente me contar, falar comigo na altura em que fizemos a viagem para ver os projetos, que a ideia que tinha era o rebaixamento dos passeios, para criar ali uma zona que vai fazer uma praça até à Biblioteca Municipal. Eu acho isso um erro — isto é, do meu ponto de vista, é cortar uma coisa que é identitária da cidade. E portanto o que este executivo nos apresenta são duas obras, em dois sítios estratégicos da cidade, para o Eng. Ribau Esteves deixar a sua marca que claramente destroem a concepção de Aveiro tal qual a temos neste momento.

E, portanto, foi com grande preocupação que eu vi que perdemos uma oportunidade de aproximar os eleitos dos eleitores. E fiquei muito triste com o que aqui se passou, porque não custava nada, isto não é uma questão ideológica, isto não é uma questão partidária, isto não é uma questão de ser o PS ou o PSD. O Presidente Ribau Esteves até disse que este projecto não era o dele. E portanto não há aqui nenhuma questão, nem vai cair os parentes na lama a ninguém, um. Dois, não há nenhuma pressa desatada para se fazer obra no Rossio e o parque de estacionamento. Se não for agora, se for daqui a quatro meses ou seis, também não se perde nada seguramente.

Foi isto que assisti aqui hoje e só espero que conseguiremos chegar à meia-noite antes de estar neste ponto, para que estas pessoas que aqui estão não perceberem que estivemos aqui a fazer esta discussão toda e não falámos do problema que realmente elas queriam ouvir."

Presidente da Mesa⁰⁴⁷

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁸

"Senhor Presidente, Senhores deputados, são três os assuntos que vou abordar com a brevidade possível. A primeira diz respeito, até porque é uma questão metodológica, que me queria dirigir directamente ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que diz respeito aos dois requerimentos que coloquei ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para endereçar a Câmara Municipal, em 27 de Fevereiro na sequência da sessão da Assembleia Municipal de Fevereiro.

Esses dois requerimentos, tinham a ver com o pedido de informação precisamente sobre o Rossio e sobre a Avenida Lourenço Peixinho e um outro tinha a ver com o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações conexas.

Diz a lei que, o Senhor Presidente da Câmara tem que responder em tempo útil e, de modo, a permitir a sua apreciação na Sessão seguinte da Assembleia Municipal aos pedidos de informação apresentados por esta.

Depois da sessão ordinária Fevereiro tivemos a sessão ordinária de Abril, tivemos a sessão extraordinária de Maio, e começámos hoje a sessão ordinária de Junho.

O tempo útil para se discutir na sessão seguinte seria a sessão ordinária de Abril. O que obviaria a muita desta pressão e conflito que está latente na cidade — e que hoje esta Assembleia é aqui espelho, para se poder atempadamente começar a discutir os Planos do Rossio e da Avenida Lourenço Peixinho.

Vossa Excelência, inclusivamente, Senhor Presidente da Assembleia, quando endereçou o requerimento do Rossio e da Avenida Lourenço Peixinho à Câmara Municipal, sublinhou (o seu sublinhado e não o meu) que se incluíssem as plantas daquilo que se estava a discutir e a fazer.

O Senhor Presidente da Câmara, extemporaneamente, duas sessões depois, responde com uma frase, dizendo que não tem elementos processuais de cada projeto dada a fase de desenvolvimento em que se encontram.

E, portanto, Senhor Presidente, demorar praticamente quatro meses para escrever esta frase, peço desculpa, mas é uma forma reprovável de relacionamento institucional e eu solicitava ao Senhor Presidente da Assembleia que pudesse diligenciar que esta situação não se voltasse a repetir.

Mas em relação ao Plano de Gestão de Riscos de Corrupção Infração Conexas. O dito Plano apareceu mas é de 2009! Mas era solicitado também os relatórios anuais referentes à avaliação do Plano. O único relatório que veio é de 2011 e este executivo está em funções ou este Presidente, foi eleito em 2014 e agora em 2017.

Em 2014 (eu leio a parte do requerimento que diz respeito a esta matéria) em face às alterações da estrutura orgânica da Câmara Municipal em 2014 e agora em 2018 e de forma a dar cumprimento às orientações previstas na recomendação de um de Julho de 2015 do Conselho de Prevenção da Corrupção, deveria a Câmara Municipal ter procedido à elaboração de um novo Plano, onde deveriam ter sido identificadas as várias atividades com potencial de risco, os riscos que lhe estão associados, bem como as medidas e mecanismos de controlo interno a aplicar para prevenir a sua ocorrência. E bem assim, deveria ter aprovado elaborado e aprovado em cada ano, um plano de avaliação deste novo Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas — a Câmara não fez isto.

No anterior mandato devia tê-lo feito. Já devia ter procedido à elaboração deste plano e, naturalmente, ainda que não tivesse promovido a elaboração de um novo plano, na sequência das alterações de 2014, era sua obrigação pelo menos elaborar um relatório anual do Plano que estava em vigor e que vinha do mandato anterior. Até porque, recorde, este requerimento vem na sequência das declarações públicas do Senhor Presidente, que disse, que existiam "mecanismos de corrupção", portanto não episódios esporádicos de corrupção, mas cito "existiam mecanismos de corrupção instalados na Câmara Municipal."

E, portanto, seria uma preocupação espelhar essa preocupação, no cumprimento das recomendações do Conselho de Prevenção para a corrupção e analisar exatamente quais é que eram os problemas, de pôr-lhes cobro, e encetar as diligências se necessário judiciais que houvessem a ter lugar. Nada disto aconteceu e, portanto, ficámos por duas declarações públicas em que existiam sistemas de corrupção instalados na Câmara e mais ninguém soube de nada do que é que se passava. E julgamos que essa conduta não é consentânea com uma Câmara Municipal que se quer completamente ao abrigo destas situações que são obviamente indesejáveis.

Segundo Ponto. Aveiro Capital Europeia da Cultura 2027. Serei telegráfico. O Senhor Presidente anunciou que existirá um conjunto de diligências para que nos possamos candidatar a sermos Capital Europeia da Cultura em 2027.

Deixava dois pontos. Julgamos que é fundamental auscultar-se formalmente, pelo menos todos os Partidos da Assembleia Municipal. E bem assim, auscultar formalmente pelo menos as Associações Culturais do nosso município. E é importante que o façamos tão rapidamente quanto possível, porque seria importante que, uma comissão de candidatura pudesse espelhar aquilo que já muitos de nós aqui apelámos a que houvesse consenso nessa candidatura.

Coimbra aqui ao nosso lado, arranjou uma figura pública o 'Mágico Luís de Matos' que preside a uma Comissão que tem representados todas as forças políticas da cidade de Coimbra e a as forças culturais da Cidade de Coimbra.

Aveiro deverá pelo menos, não sei se copiar o modelo, mas, pelo menos, tentar perceber junto de todas as forças políticas e de todas as associações da área da cultura, como devemos gizar a nossa candidatura de forma consensual e torná-la forte perante as outras cidades. Porque só na Região Centro aparece Coimbra, Aveiro, Leiria, Guarda e Viseu, que também tem essa intenção.

Por último, projeto da Avenida Lourenço Peixinho. A Avenida Lourenço Peixinho e, enfim, isto merecerá, obviamente, ou deveria ter merecido já em tempo útil uma discussão profunda e ela não houve.

Não é só a intervenção física no território. Não é só a intervenção física no traçado da Avenida. É preciso envolver os proprietários, é preciso envolver os comerciantes, é preciso encontrar uma marca Avenida, é preciso encontrar uma filosofia para a Avenida. Não é pura e simplesmente alargar passeios, pôr árvores, encolher a placa central.

O trabalho é social. E deve ser mais profundo, porque há dinâmicas sociais e territoriais que é preciso acautelar. E, um processo que esteve sempre escondido e nas costas das pessoas, seguramente merecerá o "brado" que o Rossio está a merecer. Disse."

Vogal Fernando Nogueira (PS)⁰⁴⁹

Vogal Ana Seíça Neves (PS)⁰⁵⁰

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵¹

"Boa noite Senhor Presidente, ao Executivo, colegas, e a todos os munícipes que hoje vieram, de facto, aqui participar nesta discussão centrada efetivamente sobre a questão do Rossio e que demonstram de facto uma preocupação e uma participação, que é salutar e que só enriquece o debate e a discussão sobre este tema, que a todos de tanto diz.

Em relação a este Relatório das Atividades da Câmara Municipal, uma vez mais dizer que o que se vê é um dinamismo muito grande. O próprio Presidente aqui referiu 150 projetos neste momento em execução. É uma cidade com dinamismo, com obra acontecer, com desenvolvimento a aparecer, ao mesmo tempo que, como já foi referido por diversas vezes resolve problemas passados do ponto de vista de uma situação económico-financeira que este município tem, que era de rutura, ok. E ninguém se pode esquecer disto. E eu pergunto muitas vezes o que é que este município, este executivo estaria a fazer por Aveiro, se, de facto, não tivesse um fardo tão pesado para resolver e que tantas limitações, traz do ponto de vista da sua atividade e da autonomia com que poderia desenvolver o seu programa digamos, para o município.

Um deles já foi aqui referido, por exemplo, na última Assembleia Municipal por mim. E aproveitando o facto de aqui estarem alguns munícipes, é a questão que se prende com o aumento de IMI na Cidade de Aveiro, que se deveu única e exclusivamente, não uma variação da taxa de IMI, que se manteve nos 0.45 mas sim, a não permissão do Fundo de Apoio Municipal para que fosse implementado IMI familiar na nossa cidade. E como eu referi na última Assembleia, no meu caso, representa um aumento de 5,9%.

Isto não foi uma responsabilidade do Executivo. O Executivo, pelo contrário, o que fez foi pedir à Direção do FAM que autorizasse a implementação IMI familiar e tal não foi

permitido. Isto porque no fundo, a Direção funciona como uma troika, que quer salvaguardar, digamos, a solvabilidade da Câmara Municipal de Aveiro, para reaver o empréstimo que concedeu ao município.

Eu em relação ao Rossio, eu tenho que transmitir aqui uma coisa que, como deputado municipal, tenho enorme respeito pelas opiniões. Opiniões que hoje ouvi aqui por parte dos munícipes que vieram aqui falar.

E vou-vos transmitir o seguinte: tenho mais respeito por essas opiniões do que pela posição que o Partido Socialista, nomeadamente com o senhor deputado e a intervenção que fez há bocadinho teve aqui nesta Assembleia.

Porque, para mim soa-me algum oportunismo político a reboque de uma ideia erradamente passada. Erradamente passada para a opinião pública, de que isto era um projeto fechado. E eu acho e espero que, para todos os munícipes, tenha ficado aqui bastante clara a posição deste Executivo que, por uma questão de humildade, do ponto de vista técnico e das ideias para o Rossio, pôs a discussão deste assunto num concurso de ideias aberto a entidades que pudessem vir aqui.

Espero que os munícipes aveirenses tenham entendido o que aqui se passou hoje. Que há total abertura por parte do executivo de discutir isto e de receber o feedback e inputs de todos os munícipes para acrescentar, para valorizar aquilo que é de todos nós e não é de ninguém em particular.

E já agora referir apenas uma coisa. É que essa posição que o Partido Socialista tomou aqui hoje, nem sequer é consentânea com os Vereadores do Partido Socialista na Câmara, que votaram todos em unanimidade. Pela ideia e pelo concurso que ganhou. Aqui, portanto, é assim: tenho muito respeito por aquilo que os munícipes Aveirenses vieram hoje aqui fazer. É aquilo que eu gostava de transmitir. Muito obrigado."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[052](#)

"Neste ponto da Atividade Municipal gostava de realçar três assuntos. Primeiro Habitação Social. Gostava de registar que finalmente a Câmara Municipal de Aveiro qualificou o parque habitacional. Fez concurso público e entregou 42 habitações, devidamente qualificadas a 42 famílias que tiveram direito a elas por concurso público. Para esta bancada foi um momento muito significativo. Mas também gostava de registar o levantamento de dívidas, com a assunção por parte do Executivo de uma negociação com os devedores de outra parte.

Na Cultura. Neste âmbito gostava que o Senhor Presidente nos desse alguns esclarecimentos, e nos diga do andamento do Plano Estratégico para a Cultura e para a candidatura de Aveiro a Capital da Cultura. E que nos disse-se algo sobre o repto lançado pelo Partido Socialista para colaborar e trabalhar neste projecto de afirmação de Aveiro e como será a candidatura da Cidade a Capital Europeia da Cultura.

Na Saude. Para terminar registar mais o lançamento de uma USF de Santa Joana e das obras em várias Unidades e da edificação de outras, alguns problemas nos suscitam e nos levantam.

E queria falar sobre a má prestação de serviços de saúde em várias destas unidades de saúde. Falo de Nossa Senhora de Fátima, de Requeixo e de Nariz e em São Jacinto.

Esta menos boa, má, ou incapaz de oferta de cuidados de saúde, tem a ver com a escassez de profissionais que ACES do Baixo-Vouga, a ARS Centro, ou o Governo da Nação, se têm mostrado incapazes de solucionar.

Se é perigoso a não existência de Médico em São Jacinto, para cuidados de Saude na vertente da prevenção e tratamento, pior ainda é haver indicação por parte das instituições responsáveis que se alguém estiver doente se deve dirigir para a Torreira ou para o Hospital de Aveiro.

Sendo esta uma opção questionável e errada, pois o Hospital não deve, não pode, servir para esta situação de substituição no âmbito dos cuidados de saúde primários e os nossos cidadãos de São Jacinto merecem mais e melhor.

Sobre Nossa Senhora de Fátima mais uma proposta. Hoje, sabemos que a não colocação de profissionais nesta unidade, conjuntamente com as dificuldades de Nariz, deixa-nos preocupados e apreensivos. Não sabemos quem organiza e define os cuidados de saúde primários no concelho. Se o Ministério da Saúde não terão ideias de fechar e cerrar estas três unidades para abrir uma unidade nova que sirva estas três populações. Esta é uma dúvida que se nos levanta e um problema é nós e às populações em causa, deixa muitas dúvidas e preocupações. Já vamos saber se sobre esta deficiente, má, incapaz, oferta de cuidados de saúde e que em Nossa Senhora de Fátima está reduzida a 3 horas semanais!? Ainda na Saúde, Senhor Presidente, gostava que nos esclarecesse sobre o andamento do projeto de ampliação do Centro Hospitalar do Baixo Vouga, na unidade de Aveiro? E qual a posição do Executivo sobre este projeto, visto a Câmara Municipal ser parceira juntamente com o Centro Hospitalar, a Universidade de Aveiro, Universidade Nova e o Governo, nestes projetos."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵³

"Muito obrigado a todos. Rui Alvarenga a campanha que vamos lançar, no que respeita à sensibilização, tem basicamente quatro áreas.

Área do combate ao abandono. Portanto sensibilizar os cidadãos para não abandonarem.

Área do combate à indiferença. Sensibilizar os cidadãos para não serem indiferentes.

Nomeadamente quando encontram um animal no espaço público, perdido, sem dono, maltratado. Portanto combate à indiferença.

A sensibilização para a legalização e a esterilização. É fundamental haver legalização, a introdução dos chips e a estabilização nas circunstâncias em que essa é uma medida correta.

E a quarta área a adoção. Portanto são estas áreas que a campanha vai ter. São quatro peças autónomas da campanha. Como é que se operacionaliza tudo isto?

No protocolo com a Ordem dos Médicos Veterinários, a que aderiram três Clinicas Veterinárias no município, a lógica é o tal cheque veterinário que se vai disponibilizar para tratar dos animais recolhidos na via pública e dos animais de cidadãos que não tenham condição financeira para o fazer, para que se trate do processo de legalização, do processo de vacinação e quando for o caso do processo de esterilização.

Portanto o cheque tem obviamente o custo destes actos médicos, que tem este conjunto de operações, que está contratualizado e que tem um protocolo, digamos "chapéu" com a Ordem dos Médicos Veterinários, está tudo tratado com o Senhor Bastonário Doutor Jorge Cid e as três Clinicas que aderiram, no quadro da sua relação com a Ordem dos Médicos Veterinários. Portanto não fomos nós que escolhemos. São Clinicas que estão agregadas à Ordem e que se disponibilizaram para fazer este trabalho conosco e, portanto, depois há um processo de referênciação que vai ter na Câmara uma linha telefónica dedicada à gestão dessa operação dos animais de companhia, para podermos fazer integração, interligação, das várias componentes deste processo. E portanto, foram várias as ideias acolhidas. Sabendo que nunca vai haver resposta para tudo.

Nós temos de ter a noção clara e ainda na última reunião falámos sobre isto. Vai haver um momento que nós gostávamos que não acontecesse. Mas pelo menos nos próximos tempos vai acontecer de certeza. Em que os centros de acolhimento estão cheios, em que o canil municipal e os outros pólos do canil estão cheios, e vai surgir um animal abandonado que temos de dar destino. Onde é que se coloca o animal? Ouçam, não vale a pena, as coisas são o que são. E temos de arranjar soluções. Estamos a negociar neste momento um

protocolo formal com uma Associação holandesa, para se fazer formalmente exportação deste tipo de animais num quadro de uma operação legal, que já foi feita no passado mas sem quadro legal.

Porque não há resposta para tudo. Quando é que nós queremos dar a resposta para tudo? Quando obviamente melhorarem muito aquilo que é a prestação dos cidadãos, a prestação de cada um de nós, baixando o abandono, baixando a irresponsabilidade. Porque os problemas do abandono hoje e da não legalização é a irresponsabilidade. Nós apanhamos um cão na via pública, ele não tem chips, não tem dono, não tem ninguém responsável por ele e, portanto, é no somatório das operações que nós queremos baixar a produção de animais errantes.

Para que as estruturas que temos, para cuidar dos errantes, dos abandonados, dos que chegam ao fim de vida e as pessoas já não querem, não podem ter em casa, para nós termos o equilíbrio, porque o sistema que vamos montar, vai sempre ter um limite. Vai ter sempre um limite. Uma das contrapartidas que pedimos às associações dos centros de acolhimento, que vamos investir nelas para os legalizar, uma das contrapartidas é que queremos um número X de lugares para os animais que vamos recolher na via pública. Mas esse X é um número. Quando for atingido aquele que aparecer a mais não tem lugar. Porque deixou de haver abate por tempo de estadia num centro de acolhimento ou num canil e, portanto, não é por aí que nós libertamos espaço, que era o regime que tínhamos na lei antiga. E, portanto, é bom que tenhamos esta consciência tranquila de que temos que ter a capacidade de crescer e fazer muito melhor e essa é a aposta clara e cristalina. Mas que poderemos viver circunstâncias em que não há resposta para tudo e temos que procurar encontrar na rede de parceiros. Estamos a tentar procurar protocolar com Viseu, porque Viseu tem um protocolo único no país, com uma associação privada e de uma enorme capacidade de acolhimento. A Câmara não faz nada apenas paga. Subsidiar e bem com muito dinheiro essa associação que faz o trabalho todo e que pode ser uma porta complementar. O que nós queremos é ser auto-suficientes como é evidente. Mas temos que ter ganhos por causa do comportamento cívico, para produzirmos menos animais abandonados, produzirmos menos animais errantes. Esta é a grande aposta que queremos concretizar.

O Filipe perguntou sobre a rotunda da Portucel. A obra está prevista acabar no final do mês de Agosto. É bom lembrar que vamos continuar a incomodar quem circula naquela estrada. Estamos a ultimar o estudo prévio do projeto da rotunda que lhe chamamos a rotunda do solar das estátuas, junto do Colégio Português, estamos a ultimar o estudo prévio.

Adjudicámos esta semana o projeto da outra rotunda, é uma rotunda ovalada no cruzamento da Lusavouga/Adra e estamos a preparar os termos de referência para contratarmos projeto para a construção da rede de águas pluviais do centro urbano de Cacia e da qualificação urbana do centro urbano de Cacia, exatamente da rotunda sobre a José Estêvão, que a obra atual está a fazer, até esta última rotunda que referenciei da Lusavouga/Adra.

Portanto é uma operação para estar concluída até ao final de 2020, que já é incómoda, mas por exemplo quando estivermos na obra do troço urbano, vai ser muitíssimo incómoda. E as pessoas em várias situações da obra não vão poder circular lá, nomeadamente o tráfego pesado. Já anunciamos também aqui mesmo que, no fim da obra, passará a ser proibido a passagem do tráfego pesado pelo centro urbano de Cacia.

E a luta continua e estamos todos juntos nessa luta para que acabe o pagamento de portagens na única variante urbana que Aveiro tem que é a nossa A17 e a nossa A25. Que nós queremos que não seja alvo de portagem nos circuitos intra-município. Esta é a nossa aposta.

Nós queremos acabar (somos realistas, sabemos a situação em que o país ainda está), mas defendemos e já propusemos e o Governo chumbou, mas vamos continuar a lutar. Já falámos disso aqui, porque é a única variante urbana que temos e é boa a que nos é servida pela A17 e pela A25. Não pode é ter portagens nos circuitos intra-municipais como todos temos consciência.

Os passadiços de Esgueira estão em fase final de obra Filipe. Eu ontem, eu próprio, fiz vistoria com o meu chefe de gabinete. E, por exemplo, não sei em que dia a sua vistoria foi, mas ontem ao final da tarde todas as guardas já estavam colocadas. Apenas já tinha havido um ato de vandalismo na segunda corda, no topo norte junto a Vilarinho. Mas isso é da vida. Nós estamos a montar um mecanismo de gestão com presença de funcionários em muitas horas do dia de todos os dias úteis para zelar por uma obra que custou 800 mil euros, paga a 100% pela Câmara Municipal de Aveiro. Com 5,4 quilómetros de extensão e que obviamente tem que ser devidamente cuidada e zelada, mas estamos nos últimos dias da obra, anunciaremos segunda-feira a data da inauguração, porque aquilo que também assumimos, nós donos reais da obra, porque somos nós que a pagamos, com a empresa que é formalmente a sua dona e gestora que é a Polis Litoral Ria de Aveiro, decidimos que logo que a obra esteja terminada e entregue pelo empreiteiro, nós queremos inaugurar e activá-la. E enquanto isso não acontecer está em obra. Mas já falta muito pouco para ela terminar. Portanto, vamos ter a inauguração do passadiço que eu gosto de dizer que, vai unir Mataduchos à Póvoa do Paço e a Vilarinho. Uma das coisas que queremos fazer com esta obra é dar visibilidade a povoações do nosso município que não têm.

Esta via vai partir do canal de São Roque, junto à Ponte de São João, porque ela já lá está construída até ao final do canal de São Roque e é aí que ela começa. O troço que atravessa A25 no viaduto, o troço que vai junto da A25, o troço que encontra a estrada que vem até ao Cais da Ribeira de Esgueira e depois o tal troço que já muita gente gosta e que já foi ver a obra. Por isso irão ver que na inauguração, as vedetas da festa vão ser as povoações de Mataduchos e da Póvoa do Paço e de Vilarinho, porque são essas que nós queremos pôr neste mapa novo de fruição dos valores ambientais, históricos, do nosso município. São essas áreas, são essas populações que nós queremos pôr no mapa que vai passar a poder ser fruído por todos nós, por força desta extraordinária obra que estamos a terminar.

O problema do Parque do Alboi e do Conservatório. São Parques que não fazem sentido as estruturas que foram escolhidas. Logo que acabe a garantia do financiamento comunitário, alteraremos. O nosso Parque modelo é aquele que toda a gente conhece. O Parque Infantil da Gulbenkian, do lado da prisão, é o nosso parque infantil. Os que estão do outro lado da Baixa de Santo António e no Parque do Alboi não são parques infantis como eu gosto. Dizer a brincar "são parques juvenis". E nós o que queremos são parques infantis. Mas foram financiados por fundos comunitários e há regras naquilo que é a sua alteração.

A loja Brisa vai deixar a Loja do Cidadão e vai para uma empresa privada do nosso município e da nossa Cidade. Quem de direito anunciará proximamente. A nós já nos foi comunicado qual é a empresa privada do sector automóvel que tem um protocolo com a Brisa e que vai ter a loja Brisa na nossa cidade. Vamos continuar a ter o serviço não na Loja do Cidadão, mas numa outra loja de fruição pública, como não podia deixar de ser. Quanto à Saúde. O Filipe falou e o Manuel Prior também. O que se passa é inadmissível e inaceitável. Nós temos um problema de qualidade da prestação dos serviços nas zonas do município que não são cobertas por Unidades de Saúde Familiar. O problema não é só a falta de médico, o dinheiro e a má gestão do Ministério da Saúde. O problema é o modelo. Porque o modelo de constituição de USF é voluntário. E os médicos, os enfermeiros e os auxiliares não quiseram todos fazer USFs. Quando eu tive o pelouro da Saúde na ANMP era Ministro o Doutor Correia de Campos. E eu perguntei, Senhor Ministro, vai haver um

momento em que o país não está coberto por USF e vai haver uma diferença qualitativa à séria entre ser USF e não USF as chamadas extensões de saúde como nós dizemos à moda antiga. O que é que vai fazer na altura Senhor Ministro, porque vai haver um problema de qualidade, porque uns ganham objectivamente mais que os outros. Portanto os melhores vão para as USF e os menos bons não vão. É a natureza da vida.

Dizia o Ministro Correia de Campos "senhor presidente, nessa altura, não vejo outra solução que não seja tornar o modelo obrigatório". É isso, ok. Hoje precisamos de muitas USFs. Imaginem, são mais as que têm de ser criadas que as que estão criadas.

E em Aveiro é assim. São Jacinto não tem USF, Fátima, Requeixo e Nariz, não tem USF. Há problemas com os médicos em fim de carreira que vão embora. Há médicos com problemas de saúde que passam muito tempo de baixa. De médicos novos que são bons e chegam, mas estão a concorrer a concursos e vão-se embora. E é esta a vida e assim não vamos lá. E portanto o Ministério tem um problema estrutural para resolver que tem de ser resolvido e tem um problema de recursos humanos que tem que resolver. E depois há este folclore. Vocês não gostam que eu vos bata mas tem de ser de vez em quando. Quem tem de resolver o problema é o governo do país. E o governo do país é do Partido Socialista, é do Bloco de Esquerda, e é do PCP.

Radicalizando um bocado a conversa, eu dizia há dias que o PCP e o Bloco de Esquerda, digam ao Governo que só votam o Orçamento de Estado 2019 se puser um médico a tempo inteiro em São Jacinto e em Fátima, exagerando um bocadinho.

Porque sei que o Bloco e o PCP amam a nação portuguesa, mas o amor não é tanto que dê para concentrar de forma tão intensa em São Jacinto e em Nossa Senhora de Fátima. Eu compreendo isso. Mas chega é de circo. Andamos a pedir a nós próprios, a fazer requerimentos a nós próprios, a fazer de conta que não têm responsabilidade. E a responsabilidade é de quem é. Eu faço a minha influência política e nem preciso falar por mim porque sei que não acreditam em mim. Falem com a Secretária de Estado da Saúde, falem com a Senhora Presidente da ARS, falem com o nosso Director do ACES, falem com eles e eles vos dirão seguramente a verdade, as minhas diligências de telefone, de mail, presenciais, etc. Perguntem-lhes que eles irão responder com objectiva verdade o meu trabalho. Mas é de influência política. Porque a Câmara não coloca médicos ou não sabem disso? É o Ministério da Saúde que cabe resolver o problema, obviamente.

A Caixa Geral de Depósitos, enfim. Eu nem me meto nisto porque dá-me vontade de chorar. Porque qual é a política em relação à banca pública. Bem sei que o administrador até foi ministro do governo anterior. Mas quem manda nas empresas é o acionista maioritário. Os administradores administram, com certeza, mas quem dá a tática é o acionista. E eu ainda não percebi qual é a política do acionista maioritário e único, da Caixa, para a política de balcões!? Se alguém tiver percebido diga-me.

Como vice-presidente da ANMP já subscrevi dois ofícios a solicitar quando foi a outra vaga de encerramentos, eu solicitei um envio de um relatório que justifique estas decisões. Pois nem audiência nem relatório. Mas onde está o acionista? Mas vamos lá falar objectivamente. Diz-se que o edifício sede da Caixa, junto ao edifício Fernando Távora, vai ser um Hotel do Pestana. Devo dizer com meridiana verdade que não houve qualquer contacto informal ou formal com a Câmara de Aveiro, sobre o futuro daquele edifício fora do uso que têm hoje. Portanto qualquer coisa que se diga, diz-se através de fonte que eu não sei dizer. Dizer isto com clareza, não houve qualquer contacto informal ou formal com a Câmara de Aveiro sobre um novo uso quanto mais um novo proprietário daquele edifício.

O que sabemos é que aquele balcão, que não disse nada a Câmara, comunicou aos seus clientes, que iria mudar para uma outra zona central da cidade o seu serviço de recepção a clientes. Nem sequer ficámos a saber se ainda lá ficam funcionários lá dentro ou não. Um outro banco privado, tinha um balcão no centro da Avenida e continua lá com serviço não

público. Agora, ajudem lá a ANMP a ouvir da Caixa e do acionista qual é a política. Eu até posso dizer bem e concordar. Posso dizer, não precisamos de quatro balcões da Caixa na cidade de Aveiro. Às tantas chegam dois. Eventualmente já em Pedras Salgadas provavelmente precisam mesmo de um.

E digo isto com verdade. A mim não me verão a criticar porque vai fechar o Balcão seja ele qual for. Aqui não vou fazer isso, nem que fosse para cortar relações para que não fechem. A mim não me vão ver a fazer circo dessa natureza, não vão mesmo.

Agora desculpem lá, vós que governais a pátria, vós trio da esquerda que governais a pátria, trabalhem, esclareçam, e não andem para aqui a tapar o sol com a peneira.

Porque a peneira é rôta. E os cidadãos não são patetas e sabem que a peneira é rôta.

E quem manda nisto é o Governo, é o Bloco de Esquerda e é o Partido Comunista. É a vida.

Ainda por cima quem escolheu este Governo não foi o povo. O povo escolheu outro. E quem escolheu este Governo foram os representantes do povo. Com legitimidade (ouvem-se vozes). Com legitimidade, mas eu sei que é chato para vocês ouvirem isto. Dão-me licença. Eu sempre com meridiano silêncio ouço as coisas mais notáveis e as diabruras do Partido Socialista. E, portanto, enfim, tranquilo, eu percebo a excitação. É difícil ser poder. É muito difícil ser poder. É muito fácil ser oposição. Porque as decisões todas boas que nós tomamos quando somos poder não são possíveis. Mas temos é que ser sérios. E dizer "ó povo meu, não posso tomar só decisões boas e simpáticas". Mas a geringonça que temos procura tomar as boas e simpáticas e depois fazer de conta que não manda nas decisões que não são boas nem más.

Entendam-se e ponham um Médico em São Jacinto a tempo inteiro, e um Médico em Fátima a tempo inteiro. E que não se vá embora passados dois ou três meses. Atenção à Médica que vai para São Jacinto, cuidado que a operação não é para dois ou três anos. Cuidado e atenção, ok.

Só uma nota sobre Habitação Social. O Jorge Greno também falou e isto também é muito importante. A nossa renda mínima é de 21 euros. O 1% colocava a renda mínima em 5 euros. Nós achamos que, na nessa circunstância sócio económica assenta bem uma renda mínima de 21 euros e assenta mal uma renda de 5 euros.

Dois. O aumento médio dos rendimentos dos nossos 600 inquilinos nos últimos 9 anos foi de 132 euros por mês. O aumento agora desta atualização, aumento médio mensal da renda, foi de 47 euros. Cerca de um terço do aumento do rendimento. O que quer dizer que, com a decisão que tomámos, a taxa de esforço dos nossos cidadãos no que respeita a usar o seu rendimento para pagar a sua renda baixou.

Esta é a nossa circunstância objetiva. O limite legal da taxa de esforço e de 25%. Nós usamos uma taxa de esforço de 17%. Estamos bem abaixo e, portanto, é por isso que esta operação está tranquila. Como diria um nosso colega de circunstância "não há brado" porque é uma operação sensata, correta, justa e com a devida sustentabilidade financeira e social.

A Avenida Lourenço Peixinho. Está o trabalho em curso há um ano e meio. Já reunimos com "n" gente, já recebemos "n" contributos. Há alguns que não dão contributo nenhum e armam-se só em comentadores. Não contribuem com nada, não há ideia nenhuma. Não dizem se querem semáforo ou passeio grande ou pequeno, zero. Gostam é de serem comentadores. Portanto contribuir zero, comentar o trabalho dos outros, tudo! E isso é legítimo, mas não é tal participação que apregoam. Participação é nós arriscarmos. Vejam que o Pires da Rosa é a favor do alargamento dos passeios de lado, mas é contra não termos um separador largo. Esta equação não é possível, ok. Agora, reunimos com imensa gente, com investidores, proprietários privados, comerciantes, arquitetos, gente que fez outros projetos no passado, a Associação Comercial de Aveiro. Mas esperem aí, isto é para governar, isto é para fechar projetos, é para fazer obra.

A Avenida vai no 4º projeto que foi para a gaveta e não há obra!? Agora vai mesmo haver obra. Obra que vai dar qualidade à nossa Avenida e que vai fazer um bom equilíbrio entre os modos de transporte e primazia ao peão, qualidade urbana, etc, espaços verdes, é por aqui que vamos. Agora olhem, quem em um ano e meio não teve uma ideia, pois olhem, paciência. Nós não vamos ficar à espera, vamos para a frente.

Já ouve centenas e centenas de aveirenses que participaram. Outros há que não participaram. Mas ainda estamos em tempo. Ainda estamos em tempo.

A escultura da Coca-Cola a Virgínia não gosta! Nós gostamos. Achamos que a Coca-Cola não vai vender nada a mãos com aquilo. O lettering não é nada fácil de ler. A Virgínia para ter lido o lettering teve que sair do carro e ir lá a pé, porque mesmo que fosse de bicicleta não conseguia. E portanto, olhem, se tiverem mais alguma empresa com notoriedade mundial, com uma rede de marketing mundial, parecida com esta, que queira oferecer uma escultura bonita para valorização do nosso espaço público, nós estamos ao dispor para receber. É o capital, mas o capital é uma coisa boa. É o capital que dá emprego, é com o capital que se gere emprego, que se gere a riqueza, se fazem obras. Sem capital andávamos aqui todos de tanga a trepar às árvores, ok. Portanto precisamos de capital.

O problema, como foi o problema da nossa Câmara, é fazermos asneiras com o capital e fazermos obras com o dinheiro que não temos e andámos a fazer aldrabices capitalistas. Nós não. O que fazemos tudo é com capital. E é por isso que a nossa Câmara tem as Contas em ordem com toda a gente, porque só fazemos obras com o capital que temos. Há quem não goste de capital, embora eu acho que é só conversa, porque mesmo essa gente que põe isso no discurso, na prática usa o capital porque é preciso para a vida.

A Estrada de São Bernardo Rita, está em fase final de projeto. Infelizmente, atrasado, porque o nosso projetista teve um acidente cardiovascular. Mas pronto está recuperado e estamos com o projeto terminado e com o concurso lançado. Apenas o projeto atrasou-se e atrasou-se o lançamento do concurso, porque tivemos esse problema com o nosso projetista. Acho que era hoje que fechava a data para apresentação de propostas e portanto estamos na fase de escolher empreiteiro. Oxalá tenhamos empreiteiro para fazer a obra.

Capital Europeia da Cultura. Vários de vocês falaram, mas ainda é cedo para responder a perguntas como fizeram. Que infraestruturas, que eventos, bem a candidatura só é feita em 2020 ou 2021!? Agora estamos a ouvir as pessoas. Ouvir á séria. A Rita já está a perguntar que infra-estrutura é que vamos fazer! Calma. Eu posso é dizer que ideias é que temos. Mas calma. Já reunimos que as Associações, já reunimos com os agentes privados e públicos. Vamos reunir com os eleitos, vamos reunir com entidades que entendemos relevantes, vamos criar estrutura orgânica, comissão executiva, comissão de acompanhamento, mandatário, tudo.

Há um município que foi hoje aqui referenciado que precipitou certas coisas e arranjou um filme político, porque foi desafiado por um desajeitado membro do Governo a fazer uma fusão de candidatura com outro município da Região Centro. Já estão a ver quem é o desajeitado membro do Governo — é o senhor Ministro da Cultura. E já estão a ver quem são os dois municípios — Coimbra e Leiria. E por isso, em Coimbra, tiveram de tomar um conjunto de medidas rápidas para fazer de conta que não houve um acidente no processo, porque houve. Porque é uma ideia estapafúrdia fazer uma fusão de candidaturas.

Aliás, a mim vieram auscultar-me se eu estaria disponível para uma candidatura das "Cidades do Centro". Mas alguém conhece as regras das candidaturas? Há algum problema por o Partido Socialista puxar por Leiria ou por Coimbra? Olhem, é a vida. Nós vamos puxar por Aveiro.

Para isso vamos falar com o Partido Socialista e vamos falar com toda a gente. Este é um processo que é bom que seja de todos. Mas esta não é a fase de ouvirem o Presidente da

Câmara. Esta é a fase falarem, de dizerem o que pensam. O que é que acham da estratégia da Cultura, que ideias é que devemos desenvolver. Esta que é a fase de eu vos ouvir. Mas para eu vos ouvir têm de falar. E lá chegará o momento de reunirmos aqui nesta sala. As outras duas reuniões fizemo-las aqui e foram excelentes reuniões, devo dizer — como seguramente as outras vão ser. Quem é que vai ser o Presidente da Câmara em 2027? Eu só tenho uma certeza absoluta, eu não serei.

Poderá ser o Pires da Rosa? Duvido. Não acredito. Por isso é que estes processos de longo prazo, se por mais não for, por serem de longo prazo, são processos que exigem esse trabalho. Mas é por outros motivos. Este é um processo profundo que vai mexer com tradição, que vai mexer com inovação, etc. E temos que o fazer de uma forma profunda, tranquila, tecnicamente competente, como estamos a fazer. E vai correr bem. Vai seguramente correr muito bem.

O Jorge Greno não gostou dos "dragões"! Jorge, estamos em discordância. Vivam os "dragões". Ainda por cima nós aprovamos com alegria a parceria com o Instituto Confúcio e com a Universidade de Aveiro, porque este é um ano bom para os "dragões".

Os "dragões" são bonitos. Estavam coloridos demais para o meu gosto, mas são lindos.

Dizer também que se "dragonaram" apenas 10 dos 27 moliceiros que circulam nos canais. Sou sincero, eu gostei. Nós aprovámos, é giro, é diferente, e não acho que é um dia, um dia não, umas horas, com 10 moliceiros "dragonados" que estragou a reputação. Muito pelo contrário.

Eu acho até que poderá ter sido uma grande operação à "Futre" para termos charters de chineses a aterrarem em São Jacinto, para virem ver este barco estranho que usa cabeças de dragão na nossa cidade.

Queria deixar uma nota ao Dr. Marques Pereira que não queria deixar passar. Primeiro nós não achamos que haja "brado", que haja pressão ou conflito na cidade, absolutamente não.

Há um dossier que interessa, que agita, na rua, nas redes sociais, muito bem. Mas para nós não usamos nem pressão nem conflito, muito menos guerra como há bocado foi dito aqui.

Não, não. Estamos tranquilos. Estamos tranquilos, estamos contentes a falar, a ouvir e a decidir. Estamos sinceramente porque até que enfim temos um processo à séria. Uns estão contra, mas outros são a favor, tenho a certeza absoluta. Eu tenho ouvido gente contra, mas também tenho ouvido gente a favor. Muita gente. Sigamos, não tínhamos medo dos cidadãos, nem os tentemos manipular para serem a favor daquilo que nos dá jeito. Este é um processo aberto.

Quero deixar nota ao Marques Pereira que houve alguns dossiers que nós decidimos não dar prioridade. Nós temos o Plano de Gestão de Risco, o Plano de Combate à Corrupção. Temo-lo, ele está em vigor, com a indicação de renovação é verdade. E com falta dos relatórios de avaliação é verdade.

Assim como o SIADAP. São dois dossiers que nós decidimos não tratar no mandato anterior. Questões de tempo, pressões sobre a estrutura, etc. Está decidido. Aliás, o SIADAP já está o processo todo lançado e no que respeita ao novo, porque vamos de facto fazer um novo plano de gestão de riscos e passámos a fazer Relatório de avaliação de que o primeiro vai ser sobre 2017, para termos essa frente também devidamente tratada.

Mas isso com clareza, foram áreas que nós decidimos não serem prioritárias. Isto é tão verdade como é verdade o nosso combate à corrupção que todos os cidadãos atentos à nossa gestão sabem que o fizemos, que o temos feito, com grande mérito e com grandes e bons resultados. E isto é muito importante para a nossa vida. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰⁵⁵

"Muito obrigado. Ó senhor Presidente, eu gosto muito de ouvir. O Senhor fala bem (até já lhe disse isso uma vez) e hoje falou, eu sei lá, até onde regimentalmente lhe permite, aliás até esgotou o tempo o que é uma pena porque depois não pode responder.

Mas vai depois querer responder na quinta-feira. A única coisa que queria deixar claro é que as explicações que não deu sobre o Rossio e a forma como deixou as explicações aos municípios, não deixaram nenhuma certeza sobre o que vai fazer. Pelo contrário até fez uma explicação técnica, sabia os metros etc, e o que podia fazer em relação ao estacionamento.

Eu o que lhe quero dizer é o seguinte: é bom que estejamos todos aqui na próxima quinta-feira e os municípios que puderem também se façam sentir, porque vai ser interessante o debate e o Senhor Presidente terá muito a acrescentar e não vai dar para andar a fazer tergiversações, que fez hoje em relação a este tema, a todos e a mais alguns."

Vogal Ana Seiça Neves (PS)⁰⁵⁶

Vogal Fernando Nogueira (PS)⁰⁵⁷

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁹

Membros da Assembleia

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰⁶⁰

Continuando, o Presidente da Mesa deu por encerrada a primeira reunião da Sessão Ordinária Junho, informando que a próxima reunião da sessão será no dia 28 de Junho (5.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 01:00 horas do dia 23 de Junho de 2018.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, responsável pela subunidade orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:30)